

1

ACTIVIDADE DO ICP

THE ICP'S ACTIVITY

1. ACTIVIDADE DO ICP

A actividade do ICP no ano 2001 pode ser sintetizada e sistematizada de acordo com as principais funções e eixos de actuação do Instituto, consagrados no seu Plano de Actividades - desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais, defesa dos utilizadores e consumidores e desenvolvimento da sociedade da informação. Atribui-se particular destaque às medidas que permitiram consolidar o processo de liberalização do mercado de comunicações em Portugal.

Igualmente se descrevem as acções mais relevantes que decorrem das funções de assessoria ao Governo e de representação do sector das comunicações, bem como as desenvolvidas no âmbito da actividade laboratorial prosseguida pelo ICP.

1

DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS (1º EIXO ESTRATÉGICO DE ACTUAÇÃO DO ICP CONSAGRADO NO PLANO DE ACTIVIDADES)

A promoção de mercados abertos e concorrenciais contribui para a satisfação das necessidades de comunicação dos cidadãos e das empresas e, por outro lado, para o crescimento económico, competitividade, geração de emprego e desenvolvimento da Sociedade de Informação.

1.1 NOVAS MEDIDAS DE CONSOLIDAÇÃO DA LIBERALIZAÇÃO DO SECTOR

Entre as várias acções desenvolvidas pelo ICP durante o ano 2001 no âmbito deste eixo de actuação,

1. The ICP's ACTIVITY

The ICP's activity in 2001 can be organised and presented in accordance with the Institute's main functions and the areas set out in the Plan of Activities. These are the development of open and competitive markets, user's and consumer's rights protection, and development of an information society. Of these, special importance is given to measures that allowed for the consolidation of the liberalisation of the Portuguese communications market.

The most important aspects of the ICP's role as Government advisor and representative of the communications sector are also described, as are the ICP's laboratory activities.

1

THE DEVELOPMENT OF OPEN AND COMPETITIVE MARKETS (ICP'S 1ST STRATEGIC ACTION BY LAID DOWN IN THE PLAN OF ACTIVITIES)

The development and promotion of open and competitive markets contributes towards fulfilling the communication needs of all citizens and companies. It also boosts economic growth, competition, job creation and the development of an information society.

1.1 NEW MEASURES FOR CONSOLIDATION AND LIBERALISATION OF THE SECTOR

Among the many measures undertaken by the ICP in 2001 as part of this area, those that allowed for the

identificam-se em primeiro lugar as que permitiram consolidar a liberalização do sector, as quais revestem natureza diversa, sendo por isso susceptíveis de se enquadrarem nos diferentes programas que integram este eixo. No entanto, o impacto que tiveram no ano em causa justificam o seu tratamento autónomo.

1.1.1. Alargamento da elegibilidade das chamadas em regime de acesso indirecto

Em 1 de Janeiro de 2002, na sequência de anteriores deliberações do ICP, foi alargada ao tráfego local e regional a possibilidade de acesso indirecto no serviço fixo de telefone, através do recurso aos serviços de outro prestador que não o detentor do acesso local.

Tal medida constitui uma nova oportunidade de negócio para os prestadores do serviço fixo de telefone (SFT) e contribuirá para alargar os potenciais benefícios da concorrência às chamadas de curta distância.

1.1.2. Plataforma de televisão digital terrestre (TDT)

Também o lançamento do concurso para atribuição de uma licença de âmbito nacional para o estabelecimento e exploração de uma plataforma de televisão digital terrestre (TDT), nos termos do despacho do Ministro do Equipamento Social de 7 de Abril de 2001, contribuirá seguramente para a consolidação do processo de liberalização do mercado das comunicações em Portugal, iniciando o processo irreversível de transição para o mundo digital. Trata-se, portanto, de uma medida que toca transversalmente os três eixos de actuação do ICP.

A TDT constituirá uma nova plataforma de suporte não só para programas de televisão mas também para uma multiplicidade de ofertas interactivas, sejam serviços de televisão, telecomunicações ou serviços da sociedade de informação, estimulando a produção de conteúdos a vários níveis. As regras do concurso garantem aos cidadãos o acesso gratuito e aberto aos actuais canais nacionais, em Portugal Continental, e aos canais nacionais e regionais nos Açores e na Madeira, e permite a recepção de novos canais nacionais, com elevada qualidade de som e imagem,

liberalisation of the sector are of prime importance. These measures were diverse in nature and can be categorised under the various programmes that were part of this area. Their impact was such, however, that they deserve to be outlined separately.

1.1.1. The extension of indirect access to local and regional PSTN calls

On 1st January 2001, as a result of previous ICP decisions, the possibility of making indirect access fixed line calls was widened to local and regional calls. Indirect Access gives customers of telecoms networks the chance to select which operators carry their calls for them.

This step is a new business opportunity for fixed line telephone service providers (FTS) and will contribute to increasing the potential benefits of competition for short distance calls.

1.1.2. Digital terrestrial television (TDT) platform

The launch of the public tender for the allocation of a national digital terrestrial television (TDT) licence, under terms of an Infrastructure Ministry Order of 7 April 2001, will also contribute toward consolidation of liberalisation of the Portuguese communications market, and facilitating its entrance into the digital world. It is therefore a measure that covers all three of the ICP's areas of strategic action.

TDT will be a new platform not only for television programmes, but also for many types of interactive services, whether involving television, telecommunications, or the information society. It will stimulate the production of many and various types of digital content. The rules of the tender guarantee free access to the current national and regional terrestrial television channels to all citizens. It will also allow for the reception of new national channels with high quality sound and image and will extend the offer of interactive television services to all citizens. TDT will thus fulfil the needs of consumers, allow for the development of innovative services and promote inter-modal competition in accessing the information

tornando acessíveis a todos os cidadãos as funcionalidades próprias da televisão interactiva.

Desta forma, a TDT permitirá satisfazer as necessidades dos consumidores, desenvolver serviços inovadores e promover a concorrência intermodal no acesso à sociedade de informação. A tecnologia utilizada (DVB-T) permite ainda uma importante racionalização do uso do espectro radioeléctrico.

Indicativamente, por ocasião do lançamento deste concurso, foi prevista a desactivação do actual sistema de radiodifusão televisiva analógico em 2007.

Na sequência do lançamento do concurso e da entrega das propostas, a decisão da comissão de análise foi divulgada a 17 de Julho de 2001, tendo a Plataforma de Televisão Digital Portuguesa (PTDP) figurado em primeiro lugar na lista classificativa.

A licença foi emitida à PTDP em 9 de Outubro de 2001, na sequência do despacho de atribuição do Ministro do Equipamento Social de 7 de Agosto. A actividade respectiva terá início até 31 de Agosto de 2002.

1.1.3. Condições de acesso ao lacete local (OLL)

A oferta desagregada do acesso ao lacete local da rede básica de telecomunicações pela concessionária, a PT Comunicações, constitui outro dos mecanismos de consolidação do processo de liberalização do mercado das comunicações em Portugal.

Esta medida, que afecta directamente os mercados a montante mas que constitui um dos factores fundamentais para a determinação da estrutura e da intensidade da concorrência nos mercados a jusante, promoverá, igualmente, a oferta de Internet de banda larga.

Neste âmbito, destacam-se as seguintes acções:

- a) Actuação em estreita ligação com todos os interessados (operadores/prestadores de serviços, associações de consumidores, Direcção-Geral do Comércio e Concorrência), tendo para o efeito sido

society. The technology to be used (DVB-T) will also lead to a more efficient use of the radio spectrum.

When the digital television tender was launched, 2007 was suggested as the date for deactivation of the current analogue television system.

Following the tender's launch and the submission of proposals, the examination commission's decision was announced on 17 July 2001. Plataforma de Televisão Digital Portuguesa (PTDP) was classified in first place.

The Infrastructure Ministry granted the licence to PTDP on 9 October 2001, following the publication of the respective Order on 7 August. PTDP is due to begin broadcasting on 31 August 2002.

1.1.3. Local Loop Unbundling (LLU)

The offer of local loop unbundling by the incumbent operator, PT Comunicações, was another step towards consolidation of the Portuguese communications market's liberalisation process.

This step, which directly affects the current market structure but is also a decisive factor in the structure and level of competition of downstream markets, will also promote the offer of broadband Internet access.

In this respect, the following projects were of importance:

- a) Acting in strict conjunction with all interested parties (operators/service providers, consumer associations, Directorate-General for Trade and Competition), a consultation committee was set up with the aim of promoting a discussion platform to define the technical and operational aspects that need to be harmonized in order to implement LLU;
- b) Approval by ICP of the changes to be made to the Reference Offer for Local Loop Unbundling drawn up by PT Comunicações. The ICP's input was particularly notable in lowering the monthly local loop costs by 58% compared to the original proposal by PT Comunicações;

constituído um grupo consultivo com o objectivo de promover um fórum de debate, tendente a definir os aspectos técnico-operacionais, necessitando de harmonização e cooperação na implementação da OLL;

- b) Aprovação pelo ICP das alterações a introduzir na Oferta de Referência para Acesso ao Lacete Local (ORALL) elaborada pela PT Comunicações. Em particular, os preços fixados para as mensalidades do lacete local foram reduzidos em cerca de 58% face à proposta inicial da PT Comunicações;
- c) Fixação das compensações a prestar pela PT Comunicações por incumprimento dos prazos de resposta aos pedidos de fornecimento no âmbito da ORALL;
- d) Constituição de um grupo de supervisão da OLL com o objectivo de fiscalizar o cumprimento da ORALL. O trabalho desenvolvido envolveu, em 2001, a visita a 25 centrais da PT Comunicações que ofereciam co-instalação remota de acesso ao lacete local. Na sequência do trabalho realizado, foram definidos alguns parâmetros técnicos relacionados com este serviço.

Também neste caso, as medidas adoptadas têm impacto ao nível dos três eixos norteadores da actividade do ICP.

1.1.4. Portabilidade de operador

A portabilidade de operador foi introduzida na rede telefónica fixa e na rede digital com integração de serviços (RDIS) em 30 de Junho de 2001, em cumprimento do calendário estabelecido no Despacho do Ministro do Equipamento Social nº 12 809/2000 (2ª Série), de 6 de Junho de 2000. Esta funcionalidade permite ao utilizador escolher um novo prestador de serviço sem prescindir do seu anterior número de telefone, e constitui uma forma de eliminar uma barreira à livre escolha dos consumidores e logo ao desenvolvimento de um mercado concorrencial.

Neste contexto, o ICP desenvolveu as seguintes acções:

- a) Celebração de um protocolo entre o ICP, a Apritel e os prestadores com obrigações de portabilidade

- c) Setting of levels of compensation to be paid by PT Comunicações in case of failure to comply with the delivery period defined in the Reference Offer;

- d) Setting up a supervisory group for LLU with the aim of monitoring compliance with the Reference Offer. The work in 2001 included visiting 25 PT Comunicações local exchanges that provided remote local loop collocation. In wake of this work, some of the technical parameters related to this service were defined.

Once again, the steps undertaken in this respect have an impact on all three of the ICP's strategic action areas.

1.1.4. Number Portability

Operator Number portability was made available for PSTN and ISDN networks on 30 June 2001, in line with the timetable set by Ministry of Infrastructure Order no. 12 809/2000 (2nd Series) of 6 June 2000. This capability allows users to choose a new service provider without changing their previous telephone number, and is a way of removing the obstacle preventing freedom of choice for consumers and thus the development of a free market.

In this respect, the following actions were of importance:

- a) Signing of a protocol between the ICP, Apritel and the operators obliged to offer portability (including land mobile operators, despite the fact that portability of mobile numbers was only introduced on 1 January 2002), with the aim of establishing the process for developing the necessary steps for introducing portability;

- b) A joint selection by the ICP and the operators of a reference entity to act as an intermediary between different operators and be responsible for the development, installation, testing, operation, maintenance, management, and updating of a main database. The reference entity is also responsible for providing all administrative services related to supporting operator portability;

(incluindo os prestadores do serviço móvel terrestre, muito embora a portabilidade de operador na rede móvel apenas tenha sido introduzida em 1 de Janeiro de 2002), com o objectivo de formalizar os procedimentos conducentes ao desenvolvimento das medidas necessárias à introdução da portabilidade;

- b) Selecção pelo ICP e pelos prestadores envolvidos de uma entidade de referência (ER), que actua como intermediária entre os diferentes prestadores e é responsável pelo desenvolvimento, instalação, teste, operações, manutenção, gestão e actualização permanente de uma base de dados de referência, bem como pelo fornecimento dos serviços administrativos de suporte à portabilidade de operador;
- c) Elaboração da especificação para a portabilidade de operador, incluindo a definição técnica do interface de rede na interligação entre os prestadores, e supervisão da sua aplicação;
- d) Aprovação de um projecto de decisão relacionado com a forma de informação ao utilizador sobre o preço de chamadas para números portados, que prevê o recurso a mensagens gravadas e serviços informativos e de apoio ao utilizador, bem como a realização de uma campanha de comunicação pelo ICP, tendo, porém, a aprovação da decisão final sobre a matéria transitado para 2002, uma vez analisados os comentários dos interessados;
- e) Preparação de um projecto de diploma legal para alteração do Regulamento de Exploração do Serviço Fixo de Telefone, por forma a comportar plenamente a portabilidade, nomeadamente pela criação dos mecanismos que assegurem a prestação permanente e contínua do serviço aos utilizadores finais e pela simplificação dos procedimentos de mudança de prestador, contribuindo-se dessa forma para o desenvolvimento da concorrência no mercado. Este projecto só foi formalmente submetido ao Governo em 2002.

No final de 2001, havia um total de 2338 números portados.



- c) Outlining the operator portability specification, that includes technical definition of the network interface for operator interconnection, and the supervision of its application;
- d) Approval of a draft decision on how to inform end users about the price of calls made to ported numbers. The draft decision includes the following measures: the use of a recorded message service and telephone help line, as well as a public information campaign by the ICP. Approval of the final decision on this matter has been pushed back to 2002, once the opinions of all interested parties have been heard;
- e) Preparation of a legal measure for altering the Regulation for the Operation of Fixed Telephone Services, so as to fully include portability, namely through the creation of devices that guarantee uninterrupted service for end users, and simplification of the operator changeover process. These measures will thus contribute towards development of competition in the market. This project was only formally submitted to the government in 2002.

At the end of 2001, there were a total of 2,338 ported numbers.

1.1.5. Mobile Telecommunications/Universal Mobile Telecommunications System (IMT2000/UMTS)

Following the awarding of licences for 3rd generation mobile services and networks (IMT2000/UMTS) in 2001, and considering the international context and its impact in the Portuguese market, the ICP took a number of actions:

1.1.5. Sistema de Telecomunicações Móveis Internacionais (IMT2000/UMTS)

Na sequência do processo de atribuição de licenças para exploração dos sistemas móveis de 3ª geração (IMT2000/UMTS), as quais foram emitidas já em 2001, e tendo em conta a situação genericamente vivida ao nível mundial, com impacto também no mercado nacional, o ICP assumiu uma intervenção activa, consubstanciada em diferentes tipos de acções:

- a) Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001, publicada em 8 de Janeiro de 2001, foi criado um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista à monitorização das obrigações assumidas pelos operadores UMTS no quadro do desenvolvimento e promoção da sociedade da informação em Portugal, o qual, sob a presidência do ICP, manteve uma actividade regular ao longo de 2001, que se prolongará no futuro;
- b) Analisado o pedido de prorrogação do início de actividade dos operadores UMTS, devido a atrasos na disponibilização de terminais de terceira geração, bem como a dificuldades de estabilização do software de rede resultantes de atrasos na elaboração das normas a utilizar no desenvolvimento dos sistemas associados às redes UMTS, foram decididas e desencadeadas as seguintes iniciativas:
- Com vista a determinar a natureza imprevisível, impeditiva e insuperável dos factos alegados pelos operadores e a data previsível em que as dificuldades associadas seriam ultrapassadas, foi solicitada aos operadores uma fundamentação em termos económicos, de mercado e tecnológica do pedido formulado, tendo simultaneamente o ICP promovido uma consulta formal junto dos fabricantes de infra-estrutura e terminais;
 - Na sequência deste processo de consulta, e reconhecida como constituindo motivo de força maior a comprovada inexistência no mercado de equipamentos de infra-

- a) Under terms of Council of Ministers Resolution no. 3/2001, published on 8 January 2001, a working group was set up to maintain links between the UMTS operators, the ICP and the Interministerial Commission for an Information Society. The aim of this group was to monitor fulfilment of the UMTS operators' obligations with regard to the development and promotion of an Information society in Portugal. Chaired by the ICP, this working group met regularly during 2001 and will continue to do so in the future;
- b) After analysing the request to put off the launch of the services of UMTS operators due to the delayed availability of third generation handsets, and to difficulties with network software because of delays in establishing standards for the development of UMTS systems, the following steps were taken:
- The ICP requested that the operators present economic, market and technological reasons for their request to delay the launch in order to establish the unpredictable and unsurpassable nature of the problems put forward by the operators and to set a date by which same might be overcome. At the same time, the ICP carried out a formal survey terminal and infrastructure manufacturers;
 - Following this consultation process it was established that the lack of availability of equipment and infrastructure would prevent the licensees from launching their services on the dates stipulated in their licenses. The ICP therefore put forward a proposal to the Ministry of Infrastructure, which agreed to delay the UMTS launch until 31 December 2002;



- estrutura de rede e terminais que permitissem o início de actividade dos serviços UMTS nos prazos a que as entidades licenciadas se haviam vinculado, foi proposta ao Ministro do Equipamento Social, que concordou, a prorrogação, até 31 de Dezembro de 2002, do prazo para o efectivo início da actividade licenciada pelos operadores UMTS;
 - Simultaneamente, também mediante proposta do ICP, foi decidida a aplicação, em 2002, de uma taxa de utilização do espectro radioelétrico afecto aos serviços UMTS de valor nulo aos operadores que iniciarem a actividade durante esse ano;
 - Com vista a garantir um rápido desenvolvimento das redes e da respectiva cobertura e com o intuito de promover a concorrência ao nível dos serviços finais, foram definidos pelo ICP os elementos de rede susceptíveis de partilha entre os operadores UMTS, no quadro das actuais licenças;
- c)** Por outro lado, na sequência de um pedido de atribuição extraordinária de frequências DCS1800 (GSM), formulado pelo operador ONI Way - Infocomunicações, detentor de uma licença UMTS, justificado pela necessidade de dispor de rede própria, nas zonas de maior tráfego, para a oferta de serviços utilizando a tecnologia GSM/GPRS, o ICP comunicou ao requerente o sentido provável da sua decisão, de indeferimento, por considerar que as frequências em causa se destinavam à prestação de serviços para os quais a ONI Way não estava licenciada, não se encontrando por outro lado prevista a disponibilização de frequências para a realização de uma quarta rede GSM/DCS;
- d)** Tendo o mesmo operador inquirido ainda o ICP sobre a possibilidade de utilização das redes dos seus três concorrentes no mercado da 3ª geração móvel, mediante roaming nacional, oferecendo serviços com recurso à tecnologia GSM/GPRS, foi decidido não poder a ONI Way aproveitar as condições de roaming previstas nos instrumentos do concurso, não se considerando a possibilidade de impor o roaming em
- At the same time, also following an ICP proposal, a decision was made not to charge UMTS operators for the use of radio spectrum in 2002, if they launched their service in that year;
 - In order to speed up the process of network development and increase their respective coverage and in order to promote downstream competition, the ICP defined which network components could be shared by UMTS operators in the framework of their current licenses;
- e)** UMTS licence-holder ONIWAY - Infocomunicações, requested to be assigned DCS1800 frequencies (GSM) in order to provide GSM/GPRS services in areas of greatest traffic using its own network. The ICP responded by saying that in all likelihood it would turn the request down given that the frequencies required are used for providing services for which ONIWAY does not have a licence, and that there are no plans to attribute frequencies for a fourth GSM/DCS network;
- d)** The same operator enquired about the possibility of providing a GSM/GPRS service by using the networks of its three UMTS rivals through national roaming. ICP decided that ONIWAY could not make use of the roaming conditions outlined in the public tender until such time as it began setting up the UMTS network stated in its licence. The national roaming requested by ONIWAY could not go ahead despite the conditions already negotiated with other operators;
- e)** At the same time, a decision was made to submit a document on the matter of mobile virtual network operators (MVNOs) for analysis by the ICP Advisory Board and the four mobile phone operators, as a way of looking into the viability of new market players. This discussion was partially inconclusive;
- f)** In November 2001, ONIWAY informed the ICP of a roaming agreement made with TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais. Analysis of this agreement was put back to 2002.

causa, nomeadamente no âmbito das condições pré-negociadas com outros operadores, sem que haja lugar à implementação da rede UMTS objecto da licença;

e) Em simultâneo, foi decidido submeter a auscultação do Conselho Consultivo do ICP e dos quatro operadores móveis um documento sobre o exercício da actividade de prestador de serviços móveis sem frequências próprias (vulgarmente designados por MVNO - mobile virtual network operators), como forma de acautelar a viabilização de novos entrantes neste mercado, discussão essa que não foi totalmente conclusiva;

f) Em Novembro de 2001, a ONIWAY comunicou ao ICP um pré-acordo de roaming nacional firmado entre aquela empresa e a TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, cuja análise transitou para 2002.

1.1.6. Acesso Fixo Via Rádio (FWA)

A possibilidade de utilização das frequências atribuídas para o acesso fixo via rádio (FWA), na sequência do concurso realizado em 1999, como suporte para as redes de transmissão das entidades licenciadas, foi objecto de análise aprofundada, incluindo no seio do Conselho Consultivo.

Essa análise conduziu à preparação de um projecto de diploma legal para alteração da Portaria nº 465-B/99, de 25 de Junho, que aprovou o regulamento do concurso público respectivo, cuja apreciação pelo Governo transitou para 2002.

1.1.7. Licenciamento dos serviços postais em concorrência

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 150/2001, de 7 de Maio, que regulamenta o regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços postais explorados em concorrência, iniciou-se o processo de licenciamento e autorização dos prestadores de serviços postais não reservados, abrangidos ou não abrangidos no âmbito do serviço universal, respectivamente. Por Despacho do Ministro do Equipamento Social,

1.1.6. Fixed Wireless Access (FWA)

The possibility of using frequencies allocated to fixed wireless access (FWA), following the tender put out in 1999, as a basis for the transmission networks of the licensees, was subject to thorough analysis by the Advisory Board.

This analysis led to the preparation of a draft legal measure to modify Administrative Rule no. 465-B/99 of 25 June, which approved the regulations of the public tender. The Government's analysis of this project was put off until 2002.

1.1.7. Licensing and authorisations of postal operators

Following the coming into force of Decree-Law no. 150/2001, of 7 May, that regulates access to the postal market and the activities postal service operators, the process of licensing and authorisation began. Licenses were granted for providers of non-reserved postal services either within the scope or outside the universal service definition.

A Ministry of Infrastructure Order fixed the rates owed by the licensed parties.

1.2. REGULATION OF OPERATORS WITH SIGNIFICANT MARKET POWER (SMP) AND PROMOTION OF OPEN NETWORKS (ONP)

The promotion of open networks and competitive markets requires that the operators with significant market power (SMP) be regulated and that conditions be imposed upon the offer and use of services. The conditions that are particularly significant are those of transparency, objectivity, proportionality, non-discrimination, and cost-orientation (when applicable), particularly with regard to access to services and interconnection, as well as on the principles of price-setting and accounting, quality of service and the conditions of shared use.

It should be noted in this context, that the wholesale leased lines market and the interconnection are essential in determining the structure and intensity of competition in the retail markets.

foram fixados os montantes das taxas devidas pelas entidades licenciadas e autorizadas para a prestação de serviços postais.

1.2. REGULAÇÃO DOS OPERADORES COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO (PMS) E PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA (ORA/ONP)

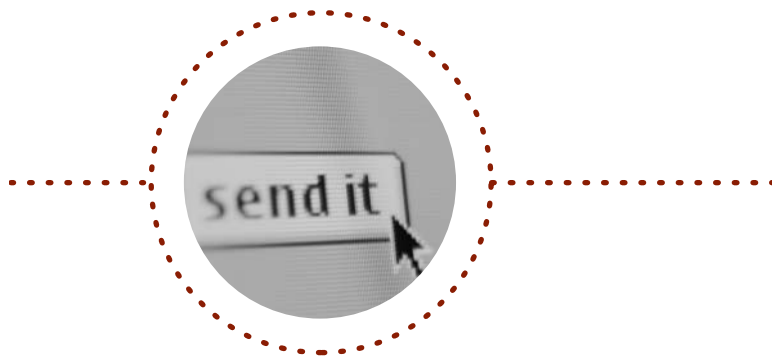
A promoção de redes abertas e mercados concorrenciais exige a regulação dos operadores com poder de mercado significativo (PMS) e a imposição de condições de oferta e utilização de serviços. Destaca-se, em particular, a imposição de condições de transparência, objectividade, proporcionalidade, não-discriminação e orientação para os custos (quando aplicável) em relação, nomeadamente, ao acesso aos serviços e condições de interligação e, bem assim, a princípios de tarifação e contabilização, qualidade de serviço e condições de utilização partilhada.

Com efeito, enquanto o mercado da interligação constitui um dos factores fundamentais para a determinação da estrutura e da intensidade da concorrência no tocante às ofertas grossistas, o mercado do serviço fixo de telefone desempenha papel idêntico em relação às ofertas retalhistas.

1.2.1. Mercado da interligação - Voz

No que respeita, especialmente, à interligação - voz, realçam-se as seguintes medidas tomadas pelo ICP:

- a) Determinação de alterações à Proposta de Referência de Interligação (PRI) para 2001, apresentada pela PT Comunicações, afectando os preços máximos de interligação, os pontos geográficos de interligação (PGI) e as disposições referentes ao tráfego internacional de saída, serviços especiais, serviços de audiotexto, serviço de trânsito com facturação em cascata e chamadas originadas em postos públicos;
- b) Aprovação das condições gerais e prévias à negociação dos acordos de interligação para 2001,



1.2.1. Interconnection market - Voice

In terms of voice interconnection, the following steps taken by the ICP are of particular note:

- a) Determination of modifications to the Reference Interconnection Offer (RIO) for 2001 put forward by PT Comunicações. These changes affected the maximum charges for interconnection, the points of interconnection and the international outgoing traffic, special services, audiotext services, transit service with cumulative invoicing, and calls originating from public pay phones;
- b) Approval of the general pre-conditions drawn up for the negotiation of interconnection agreements for 2001. The ICP recommended that in interconnection agreements with the mobile operators - TMN, Telecel and Optimus - the relative price structure should be balanced, especially in terms of intra- and inter-network traffic, in order to protect consumer rights, limit or avoid obstacles to taking advantage of network externalities by end users, particularly by fixed networks users. This rebalancing of relative price structures should encourage equal competition between fixed and mobile networks. This process was later complemented by the approval of a draft decision on interconnection prices charged by mobile operators, which will come into force in 2002;
- c) Adoption, at the end of 2001, of a draft decision on the Reference Interconnection Offer (RIO) for 2002, based on an evolution of RIO 2001, and taking into account the "Minimum set of items to be included in the reference interconnection offer for 2001" approved by the ICP in 2000 and the subsequent Decisions concerning RIO 2001. The draft decision

tendo sido recomendado, no âmbito dos acordos de interligação para 2001 com os operadores do serviço móvel terrestre (SMT) - TMN, Telecel e Optimus -, que os preços evoluíssem no sentido de estabelecer uma estrutura de preços relativos mais equilibrada, designadamente no tocante ao tráfego intra e inter-redes, que contribuíssem para a defesa dos interesses dos consumidores, limitando ou evitando o desenvolvimento de barreiras ao aproveitamento das externalidades das redes, por parte dos utilizadores finais, em particular dos clientes das redes fixas, e promovessem condições que incentivassem o desenvolvimento de uma concorrência equilibrada entre redes fixas e móveis. Este processo foi posteriormente complementado com a aprovação de um projecto de decisão relativo aos preços de interligação praticados pelos operadores de serviço móvel terrestre, só tornado definitivo em 2002;

- 24
- c) Adopção, no final de 2001, de um projecto de decisão relacionado com a Proposta de Referência de Interligação (PRI) para 2002, consubstanciada numa evolução da PRI 2001, tendo em conta os "Elementos mínimos a incluir na proposta de referência de interligação para 2001", aprovados pelo ICP em 2000, e as determinações subsequentes relativas a alterações à PRI 2001, e contemplando, por outro lado, a necessidade de redução de preços de interligação, tendo em conta a evolução da eficiência da PT Comunicações e a sua repercussão nos custos.

1.2.2. Mercado da interligação - Regime de Acesso à Internet (PRAI)

Em 2001, o ICP determinou a alteração completa do regime de acesso à Internet, tendo como objectivo contribuir para a sustentabilidade do negócio de prestação de acesso à Internet e, dessa forma, promover este serviço fundamental para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento. Embora o novo regime tenha ficado estabilizado no tocante à sua execução, é de referir que o novo regime definido pelo ICP foi objecto de impugnação por parte da PT Comunicações, processo que se encontra em curso no Tribunal competente.

for 2002 also took into account the need to reduce inter-connection prices, considering the increased efficiency of PT Comunicações and the effect this had on costs.

1.2.2. Interconnection market - Internet Access Regime (PRAI)

In 2001, the ICP determined a complete change to the regime governing Internet access, with the aim of increasing the sustainability of Internet service provision and to thus promote this fundamental factor in the development of an Information Society. Although the new regime went ahead, it is worth mentioning that it has been contested by PT Comunicações, and that the process is under review in court.

In this area the following measures were taken:

- a) The previous tariff system, which was based on revenue-sharing between the direct access operator and the Internet Service Provider (ISP), was replaced by an interconnection system based on call origination payments (defined in line with the Reference Interconnection Offer - RIO). In this new system, the ISPs are responsible for defining the price charged to the end user, and the ISPs pay the direct access operator a call origin charge. At the same time, the maximum prices charged by PT Comunicações, both for flat rate access and for charges by the minute, were defined;

PT Comunicações subsequently drew up an Internet Access Reference Offer (PRAI), which was the object of some binding interpretations by ICP which also defined the rules for interconnection agreements applied to Internet access traffic;

- b) Adoption, at the end of the year of a draft PRAI for 2002, which should be based on proposals regarding interconnection agreements for internet access traffic and include reduced interconnection prices taking into account the increased efficiency of PT Comunicações and the effect this has on costs.

Neste contexto, foram tomadas as seguintes medidas:

- a) Substituição do anterior modelo de tarifação, baseado na repartição de receitas entre o operador de acesso directo e os prestadores de acesso à Internet (ISP), por um modelo de interligação assente numa lógica de pagamentos de originação (definidos com base na Proposta de Referência de Interligação - PRI). De acordo com este modelo, os ISP são responsáveis pela definição do preço suportado pelo utilizador final, pagando ao operador de acesso directo um preço de originação. Definiram-se, simultaneamente, os preços máximos a praticar pela PT Comunicações, tanto no regime de ofertas não temporizadas ("tarifa plana"), como em relação às ofertas temporizadas (venda ao minuto);

Subsequentemente, a PT Comunicações preparou uma Proposta de Referência de Acesso à Internet (PRAI), objecto de algumas posições interpretativas por parte do ICP, que igualmente definiu as regras a observar nos acordos de interligação aplicáveis ao tráfego de acesso à Internet;

- b) Adopção, no final do ano, de um projecto de decisão relativo à PRAI para 2002, que deverá ter por base as propostas de acordos de interligação aplicáveis ao tráfego de acesso à Internet e contemplar uma redução de preços de interligação, tendo em conta a evolução da eficiência produtiva da PT Comunicações e o seu reflexo nos custos.

1.2.3. Mercado dos circuitos alugados

As acções mais relevantes do ICP no âmbito do mercado de circuitos alugados durante o ano 2001 foram as seguintes:

- a) Notificação de operadores com poder de mercado significativo (PMS) - foi aprovado o entendimento preliminar sobre poder de mercado significativo (PMS) no mercado dos circuitos alugados para o ano de 2001, que previa a notificação da PT Comunicações, sobre o qual foi pedido o parecer da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC);

1.2.3. Leased lines market

The most relevant measures taken by ICP regarding the leased lines market in 2001 were the following:

- a) Notification of operators with significant market power (SMP) - the preliminary report on significant market power (SMP) in the leased lines market in 2001 was approved. The report concluded that PT Comunicações should be notified as an operator with SMP in the leased lines market. An opinion concerning this study and conclusions was requested from Directorate-General Of Trade and Competition (DGCC);
- b) Monitoring conformity of the cost accounting system of PT Comunicações - following an audit carried out on results of the cost accounting system of PT Comunicações for 1999, the system's conformity was declared. In the future, however, the operator must present the costs and revenues of leased lines in greater detail;
- c) Start of an audit of service quality indicators for leased lines for 1999 and 2000;
- d) Alteration of PT Comunicações leased lines offer - a decision was made to alter PT Comunicações leased lines offer, specifically, the simplification of applicable discounts, reduced prices for national digital lines with a capacity of more than 64 Kbps, increased availability of high-capacity lines, the offer of a "wholesale" option, and the alteration of service quality objectives;





- b)** Verificação da conformidade do sistema de contabilidade analítica da PT Comunicações - na sequência da auditoria realizada aos resultados do sistema de contabilidade analítica da PT Comunicações referente ao exercício de 1999, foi declarada a conformidade do referido sistema aos princípios definidos, devendo no entanto a concessionária apresentar de futuro os custos e os proveitos dos circuitos alugados com um maior grau de detalhe;
- c)** Início de uma auditoria aos indicadores de qualidade de serviço dos circuitos alugados respeitante aos anos de 1999 e 2000;
- d)** Reformulação da oferta de circuitos alugados da PT Comunicações - foi determinada a reformulação da oferta de circuitos alugados da PT Comunicações, nomeadamente, a simplificação dos descontos aplicáveis, a redução de preços de circuitos digitais nacionais de capacidade superior a 64 Kbps, a dinamização da oferta de circuitos de alta capacidade, o desenvolvimento de uma oferta "grossista" e a reformulação dos objectivos de qualidade de serviço;
- e)** Suspensão de oferta de circuitos alugados - na sequência do pedido da PT Comunicações para autorização prévia da suspensão do serviço de circuitos alugados a um conjunto de operadores de telecomunicações, por violação das condições de utilização, e após recolha de informação e consulta aos interessados, o ICP considerou não se encontrarem reunidas condições que justificassem aquela medida, pelo que indeferiu o pedido. Mais tarde, e na sequência da análise de documentação apresentada pela PT Comunicações, foram detectados fortes indícios da existência de fundamento para a recusa de fornecimento de circuitos à MAXITELCOM - Comunicações Inteligentes, pelo que a PT Comunicações foi notificada para, querendo, formalizar o competente pedido de autorização prévia para a suspensão da respectiva oferta. No entanto, constatando-se a suspensão de oferta de circuitos alugados por parte da PT Comunicações sem que tivesse sido obtida a legal autorização do ICP para

- e)** Suspension of the supply of leased lines - following a request by PT Comunicações for pre-approval of the suspension of leased line service to a group of telecom operators, for infringing on usage conditions, and after collating the necessary information, the ICP considered that the decision was not justified and turned down the request. Later, following the analysis of documentation presented by PT Comunicações, the ICP considered there was strong evidence to justify suspending the supply of leased lines to MAXITELCOM - Comunicações Inteligentes. PT Comunicações was informed of the decision so that it could formally present the service suspension request. However, having established that PT Comunicações had suspended the said supply before receiving legal authorisation to do so from the ICP, it was decided that the company should immediately reinstate service to MAXITELCOM, so as not to prevent the company's customers from accessing its services.

1.2.4. Fixed telephone network and Voice Telephony markets

In terms of the markets for fixed telephone networks and voice telephony, the following measures are worth mentioning:

- a)** Notification of operators with significant market power (SMP) - PT Comunicações was designated an operator with significant market power in the fixed line telephone market for 2001;
- b)** Monitoring conformity of the cost accounting system of PT Comunicações - following an audit carried out on results of the cost accounting system of PT Comunicações for 1999, the

o efeito, foi decidido que esta empresa deveria retomar de imediato a oferta de circuitos à MAXITELCOM, por forma a não impedir o acesso dos consumidores e demais utilizadores aos serviços por esta prestados.

1.2.4. Mercado das redes telefónicas fixas e ou do serviço fixo de telefone

No âmbito do mercado das redes telefónicas fixas e ou do serviço fixo de telefone (SFT), são de salientar as seguintes medidas:

- a) Notificação de operadores com poder de mercado significativo (PMS) - a PT Comunicações foi notificada como operador com PMS no mercado das redes telefónicas fixas e ou do serviço fixo de telefone, com referência ao ano 2001;
- b) Verificação da conformidade do sistema de contabilidade analítica da PT Comunicações - na sequência da auditoria realizada aos resultados do sistema de contabilidade analítica da PT Comunicações referente ao exercício de 1999, foi declarada a conformidade do referido sistema com os princípios definidos;
- c) Preço das chamadas do SFT originadas na rede da PT Comunicações e terminadas nas redes de outros prestadores do SFT - na sequência das anteriores deliberações sobre os preços das comunicações telefónicas, realizadas em modo de acesso directo, originadas na rede da PT Comunicações e terminadas nas redes de outros prestadores de SFT, o ICP decidiu não se opor à entrada em vigor dos tarifários para as modalidades de postos de assinante a vigorar até 05/02/01 e a partir de 06/02/01 e de postos públicos a vigorar durante o ano 2001. Foi ainda deliberado que o agrupamento de tarifários por operador, resultante do englobamento dos perfis de tráfego, só é justificável caso se verifique que esse agrupamento contribui significativamente para a simplificação do tarifário e quando a vantagem resultante seja superior a potenciais desvantagens;

conformity of the system was declared;

- c) Pricing of voice telephony calls originating from the PT Comunicações network and ending in the networks of other voice telephony providers - in light of previous deliberations on the pricing of direct access telephone communications originating from the PT Comunicações network and terminating in the networks of other FTS providers, the ICP decided it would not oppose the prices for these type of calls in force until 05/02/01 and from 06/02/01, and for public pay phones in force throughout 2001. It was also decided that the grouping of tariffs by operator, resulting from the aggregation of traffic statistics, is only justifiable if said grouping contributes significantly to tariff simplification and when the resulting advantage is greater than the potential disadvantages;
- d) Alteration of the price of primary ISDN access - a decision was made to suspend the prices for this service announced by PT Comunicações, as they were not compatible with cost orientation principles. The prices were subsequently reduced by 10% compared with those charged at the end of 2000;
- e) Voice telephony quality indicators - after a first round of consultation of interested parties, a consolidated proposal was prepared for discussion by the ICP Consultation Committee, which then published a report on the subject. The adoption of the quality indications was put back to 2002.

- d) Alteração do preço dos acessos primários RDIS (AP RDIS) - foi decidida a suspensão dos preços deste serviço anunciados pela PT Comunicações, pelo facto de estes não serem compatíveis com o princípio da orientação para os custos, e a redução em 10% daqueles preços face ao preço praticado no final de 2000;
- e) Indicadores de qualidade para o SFT - após uma primeira consulta aos interessados, foi preparada uma proposta consolidada para discussão no Conselho Consultivo do ICP, que emitiu um parecer sobre o assunto, tendo a adopção destes indicadores transitado para 2002.

1.3. PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA (ORA/ONP) - GESTÃO DE RECURSOS ESCASSOS

A promoção de redes abertas exige a regulação da numeração, endereçamento e atribuição de números, e a gestão do espectro radioelétrico.

1.3.1. Numeração

No âmbito do Plano Nacional de Numeração (PNN), desenvolveu-se uma base de dados estatística para aferir o nível de utilização dos recursos de numeração, seleccionáveis a partir do tipo de recurso, estado do recurso e prestador. A título ilustrativo, apresentam-se no quadro seguinte os números atribuídos pelo ICP.

QUADRO 1 TABLE 1

**NÚMEROS ATRIBUÍDOS PELO ICP
NUMBERS ALLOCATED BY THE ICP**

	2001	2000	antes de 2000	before 2000	Total
Números geográficos Geographical numbers					
Área geográfica de Lisboa Lisbon area	180.000	130.000	3.890.000		4.200.000
Área geográfica do Porto Porto area	60.000	70.000	1.810.000		1.940.000
Restantes áreas geográficas Other areas	350.000	1.580.000	15.870.000		17.800.000
Números não geográficos Non geographical numbers					
Serviços de dados* Data services*	200.000	200.000	3.700.000		4.100.000
Os outros serviços não geográficos (exclui serviços de audiotexto) Other non-geographical numbers (excludes audiotext)	1.320.000	300.000	580.000		2.200.000

*Inclui 41 ISP; 100.000 números consumidos por ISP
*41 ISP included; 100.000 numbers consumed per ISP

1.3. PROMOTION OF OPEN NETWORK PROVISION (ONP) - MANAGEMENT OF SCARCE RESOURCES

The promotion of open network provision entails the regulation of numbering, addressing and number assignment, as well as management of the radio spectrum.

1.3.1. Numbering

As part of the National Numbering Plan, a database was developed to check the level of use of numbering resources, that can be searchable by type of resource, state and provider. The following table indicates the numbers allocated by the ICP.

1.3.2. Gestão do espectro radioelétrico

No contexto da gestão do espectro radioelétrico, destacam-se as seguintes acções:

- a) Adequação das licenças radioelétricas ao novo regime de licenciamento de redes e estações de radiocomunicações - de acordo com a competência cometida ao ICP para proceder às alterações necessárias às licenças radioelétricas emitidas, bem como à emissão de novos títulos, no prazo de um ano após a entrada em vigor do regime instituído pelo Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20 de Julho, procedeu-se à adequação das licenças radioelétricas ao novo regime de licenciamento de redes e estações de radiocomunicações;

1.3.2. Management of the radio spectrum

In terms of management of the radio spectrum, the following measures should be noted:

- a) Adjustments to the arrangements for licensing radio stations and networks - in line with the ICP's responsibility to carry out all the necessary modifications to existing licensing arrangements and release of new licenses within a year after the entry into force of Decree-Law no. 151-A/2000 dated the 20th of July, where considerable changes were introduced to the regulatory framework governing the authorization for the use of radio stations and networks;

QUADRO 2 TABLE 2

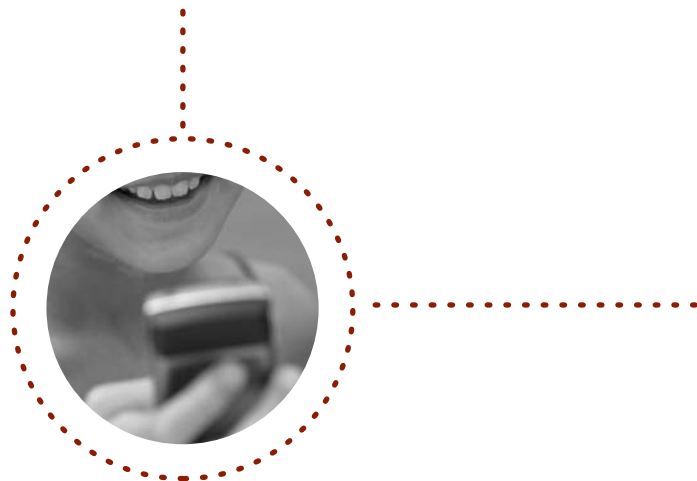
ADEQUAÇÃO AO NOVO REGIME DE LICENCIAMENTO DE REDES DE RADIOCOMUNICAÇÕES ADJUSTMENT TO THE NEW REGIME FOR LICENSING OF RADIO NETWORKS AND STATIONS

	Reorganização e transferência de estações	Emissão de licenças de estação	Emissão de licenças de rede
	Reorganisation and transferral of stations	Granting of station licences	Granting of network licences
Radiodifusão Broadcasting Service	981	981	-
Serviço Fixo Fixed service	2.128	-	216
Serviço Móvel Terrestre (redes privadas) Land Mobile Service (private networks)	63.799	-	2.794
Serviço Móvel Marítimo e Aeronáutico Aeronautical and Maritime Mobile Service	785	785	-
Com. Públicas - Serviços Móveis Public Communications - Mobile services	4.698	-	9
Serviço de Amador Amateur	5.477	-	-
Outros Serviços Other Services	134	134	-

- b) Licenciamentos - as alterações introduzidas com o novo regime de licenciamento, em particular, o estabelecimento de dois tipos de licenças (licenças de estação e licenças de rede), não permitem uma análise evolutiva do número de licenças atribuídas em 2001, comparativamente aos anos anteriores. Não obstante, de acordo com a evolução verificada no 2º semestre do ano 2001, foi significativo o acréscimo registado no número de licenças de

- b) Licensing - the changes made due to the new regime, particularly the setting up of two distinct types of licences (station licences and network licences), do not allow for comparative analysis of the number of licences granted in 2001. Despite this, based on the growth seen in the second half of 2001, there was a significant increase in the number of licences for networks in the fixed service, both in terms of radio links (72%) and Fixed

redes do serviço fixo, tanto ao nível dos feixes hertzianos (72%) como ponto multiponto FWA (50%). Mantém-se a tendência registada no ano anterior de redução do número de licenças dos serviços de amador e rádio pessoal - banda do cidadão;



QUADRO 3 TABLE 3
LICENÇAS EM VIGOR
CURRENT LICENCES

	4º Trim. 2001 4th Quarter. 2001		2º Trim. 2001 2nd Quarter. 2001	
	Licenças de Estação Station Licences	Licenças de Rede Network Licences	Licenças de Estação Station Licences	Licenças de Rede Network Licences
Serviço de Radiodifusão Broadcasting Service	1.086	-	1.074	-
Serviço Fixo Fixed Service				
Fixo – Ponto Multiponto FWA Fixed service – FWA Point Multipoint	-	9	-	6
Fixo – Feixes Hertzianos Radio Links	-	163	-	95
Fixo – Monovias Radio Links – One Channel	-	49	-	51
Fixo – Onda Curta Fixed Service – Short Wave	14	-	14	-
Fixo – Satélite Fixed Satellite Service	35	-	35	-
Serviços Móveis Mobile Services				
Serviço Móvel Terrestre - Privativas Land Mobile Service - Private	-	2.728	-	2.762
Serviço Móvel Aeronáutico Aeronautical Mobile Service	221	-	221	-
Serviço Móvel Marítimo Maritime Mobile Service	575	-	577	-
Comunicações de Uso Público Communications for Public Use				
Chamada de pessoas – Público Paging – Public	-	4	-	4
Serviço Móvel Recursos Partilhados Mobile Trunking Service	-	2	-	2
Serviço Móvel Terrestre - Público Land Mobile Service - Public	-	3	-	3
Outros Other	37	-	14	-
Amadores Amateurs		5.427		5.486
Banda do Cidadão – licenças activas Citizens' Band – active licences		21.920		22.834
Banda do Cidadão – utilizadores registados Citizens' Band – registered users		1.310		13.710

c) Desenvolveram-se, ainda, acções visando a criação de disponibilidade espectral para novas coberturas

Wireless Access- FWA (50%). The downward trend in the number of licences granted for the amateur service and

T-DAB, que possibilitem o acesso das rádios locais a este novo sistema, designadamente as relacionadas com a planificação nacional e coordenação europeia;

- d) Adopção das Decisões ERC (Comité Europeu de Radiocomunicações, da CEPT) sobre o estabelecimento de uma base de dados regulamentar relativa aos regimes de licenciamento aplicáveis a redes e serviços de telecomunicações, bem como as relativas a equipamentos de pequena potência e curto alcance, designadamente de harmonização de frequências, características técnicas e isenção de licença individual;
- e) Igualmente se adquiriu um sistema de gestão do espectro, suporte fundamental que irá permitir a informatização integrada da gestão do espectro radioelétrico.

1.4. PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA (ORA/ONP) – EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS

A promoção de redes e mercados abertos implica, igualmente, a imposição de condições de normalização ao nível dos equipamentos de telecomunicações e a respectiva fiscalização. Esta função exige o acompanhamento do mercado de equipamentos.

Por outro lado, torna-se necessário impor condições de normalização e harmonização das infra-estruturas de telecomunicações em edifícios e para responsabilização das entidades envolvidas na sua instalação.

1.4.1. Monitorização de equipamentos de telecomunicações

A verificação da colocação no mercado de equipamentos de rádio que não funcionam em faixas harmonizadas em toda a União Europeia registou em 2001 um acréscimo considerável. Apenas 21,7% das notificações recebidas estavam incorrectas, respeitando as incorrecções mais frequentes a indicações de faixas de frequência atribuídas exclusivamente a outros serviços (25%), às antenas

citizens' band seen in the previous year was maintained;

- c) Steps were also taken with the aim to safeguard spectrum availability for new T-DAB coverages, especially those concerning national planning and European co-ordination in order to allow local radios to access the new technology;
- d) Adoption of ERC (European Radiocommunications Committee of CEPT) Decisions on establishing a regulatory database for the licensing regimes applicable to telecom services and networks, as well as those concerning low-power and short-range devices (SRDs), namely frequency harmonisation, technical characteristics, and individual licence exemption;
- e) An integrated spectrum management system was also set up. This was a fundamental step towards the implementation of fully automated tools to perform frequency management.

1.4. PROMOTION OF OPEN NETWORK PROVISION (ONP) – EQUIPMENT AND INFRASTRUCTURE.

The promotion of open markets and networks also entails the standardization of telecommunications equipment and the inspection that this implies. This requires that the equipment market be closely followed.

It also becomes necessary to standardize and harmonise conditions on telecommunications infrastructure in buildings and for the parties involved in installing same to be answerable for the quality of their work.

1.4.1. Monitoring of telecommunications equipment

The control of radio equipment that works outside the harmonised bands set by the European Union saw a considerable rise in 2001. Just 21.7% of the notifications received were incorrect, with the most frequent errors concerning frequencies exclusively attributed to other services (25%), antenna equipment (17%), duty cycle limits (14.9%) and the lack of a European contact point (10%).

dos equipamentos (17%), aos limites para duty cycle, ou seja, ciclo de funcionamento (14,9%) e à ausência de ponto de contacto europeu (10%).

QUADRO 4 TABLE 4

ACÇÕES RELATIVAS A NOTIFICAÇÕES NO ÂMBITO DA DIRECTIVA R&TTE – NOTIFICAÇÕES 6.4 ACTIONS REGARDING NOTIFICATIONS UNDER THE R&TTE DIRECTIVE – NOTIFICATIONS 6.4

	2001	2000
Notificações recebidas Notifications received	1.519	647

1.4.2. Fiscalização de equipamentos de telecomunicações

As restantes acções de verificação no mercado de equipamentos registaram em 2001 uma alteração de actuação, tendo-se dado primazia às acções com recolha e análise de declarações de conformidade e de documentação técnica, o que pode ser observado nos quadros seguintes. Cerca de 82% dos equipamentos objecto de acções de verificação de equipamento no mercado foram analisados na óptica da compatibilidade electromagnética, sendo que 47,6% dos modelos analisados respeitaram a equipamentos informáticos e de escritório. Ao nível das acções com recolha e análise de declarações de conformidade e de documentação técnica, 58,7% das análises realizadas relacionaram-se igualmente com equipamentos informáticos.

1.4.2. Inspections of telecommunications equipment

The remaining inspections made to the equipment market changed in 2001, with the priority changing to collecting and inspecting conformity declarations and technical documents, as can be seen in the following tables. Around 82% of the pieces of equipment inspected were checked for electromagnetic compatibility, with 47.6% of the items analysed being computer and office equipment. With regard to the collection and analysis of conformity declarations and technical documents, 58.7% of the inspections carried out were also of computer equipment.

QUADRO 5 TABLE 5

MERCADO DE EQUIPAMENTOS EQUIPMENT MARKETS

	2001	2000
Acções de verificação de equipamento no mercado Number of equipment inspection visits made	402	1.071
Equipamentos verificados Number of items inspected	3.777	4.277
Acções com recolha de equipamentos para ensaios em laboratório (equipamentos recolhidos) Number of pieces of equipment collected for laboratory tests	26	54
Acções com recolha e análise de declarações de conformidade e de documentação técnica (dossier técnico de instrução) Number of actions taken to analyse conformity declarations and technical documents (technical instruction manual)	254	105
Declarações de conformidade e documentação técnica recolhida Number of declarations of conformity and technical documents collected	832	494

QUADRO 6 TABLE 6**NOTIFICAÇÕES DE COMPATIBILIDADE DE ELECTROMAGNÉTICA
NOTIFICATION OF ELECTROMAGNETIC**

	2001	2000
Notificações recebidas Notifications received	82	210

1.4.3. ITED - Infra-estruturas de telecomunicações em edifícios

No contexto do Decreto-Lei nº 59/2000, de 19 de Abril, que estabelece o novo regime de instalação das infra-estruturas de telecomunicações em edifícios e respectivas ligações às redes públicas de telecomunicações, bem como o regime da actividade de certificação das instalações e avaliação de conformidade de equipamentos, materiais e infra-estruturas (ITED), destacam-se as seguintes medidas:

- a) Lançamento de uma consulta pública sobre o "Manual ITED", que inclui novas prescrições e especificações técnicas traduzindo a actual realidade tecnológica, regulamentar e de mercado. Este manual visa, também, facilitar a tarefa de todas as entidades envolvidas;
- b) Aprovação dos critérios de preenchimento do modelo de certificado de conformidade a emitir pelas entidades certificadoras, bem como os procedimentos de avaliação de conformidade;
- c) Registo de entidades certificadoras e inscrições de técnicos projectistas e técnicos instaladores, ilustrado no quadro seguinte.

1.4.3. ITED - Telecommunications infrastructures in buildings

In the context of Decree-Law no. 59/2000 of 19 April, that regulates the installation of telecommunications infrastructure in buildings and its links to public telecom networks, as well as the activities of certification of installations and the verification of conformity of equipment, materials and infrastructure, the following measures were carried out:

- a) Launch of a public consultation on the "ITED Manual", which includes a new framework and technical specifications to incorporate today's technological, market and regulatory situation. This manual also aims to make the task easier for all parties involved in the process;
- b) Sanctioning of the filling criteria of conformity certificates issued by certification bodies, as well as of conformity evaluation procedures;
- c) Registration of certification bodies and project technicians and installation technicians, outlined in the following table:

QUADRO 7 TABLE 7**ITED
ITED**

	2001	2000
Entidades certificadoras registadas Number of certification entities registered	10	-
Novas inscrições de técnicos projectistas e técnicos instaladores Newly registered project technicians and installation technicians	1.387	45
Renovações de ex-RITA (Técnicos e Empresas) Reapplications from ex-RITA (technicians and Companies)	-	6.092

1.5. PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

À promoção de mercados abertos e concorrenciais estão também associados o licenciamento e a autorização de operadores de rede e prestadores de serviços de comunicações e a fiscalização das obrigações respectivas.

1.5.1. Mercado de telecomunicações

No âmbito do mercado de telecomunicações, destacam-se as seguintes acções desenvolvidas pelo ICP em 2001:

a) Actividade de registo e licenciamento de serviços de telecomunicações, que se encontra reflectida no quadro seguinte:

QUADRO 8 TABLE 8

REGISTOS/LICENÇAS/AUTORIZAÇÕES - TELECOMUNICAÇÕES
REGISTRATIONS/LICENCES/AUTHORISATIONS - TELECOMMUNICATIONS

	2001	2000
Registos de prestadores de telecomunicações de uso público Telecommunications for public use operators registered	17	27
Licenças para a prestação do serviço fixo de telefone Licences for providing fixed telephone services	7	10
Licenças de operador de redes públicas de telecomunicações Licences for operating public telecommunications networks	9	13
Autorizações para a actividade de distribuição por cabo Authorisations for CATV	1	4
Licenças para exploração de sistemas móveis de 3ª geração (IMT2000/UMTS) Licences for 3rd generation mobile operators (IMT2000/UMTS)	4	-
Licença para exploração de plataforma de televisão digital Licence for digital television platform	1	-
Registos para a prestação de serviços de audiotexto Registration for providing audiotext services	13	21

b) Realização de diversas auditorias a operadores e prestadores de serviços, sublinhando-se as acções relativas à verificação do início de actividade no quadro das licenças para o acesso fixo via rádio (FWA) e à validação dos indicadores estatísticos remetidos ao ICP no âmbito do serviço móvel com recursos partilhados (trunking) e das redes de distribuição de televisão por cabo.

1.5. PROCEDURES FOR LICENSING, AND AUTHORIZATION AND MONITORING OF OBLIGATIONS.

The licensing and authorisation of network operators and communications service providers, and the monitoring of their respective obligations are also part of promoting an open market.

1.5.1. Telecommunications market

In the telecommunications market the following steps taken by the ICP in 2001 are of particular note:

a) Registration and licensing of telecommunications services, outlined in the following table:

b) Carrying out of various audits on operators and service providers, with special emphasis on the monitoring of the launch of fixed wireless access (FWA) services and the validation of the statistical indicators presented to the ICP as part of mobile trunking services and cable television distribution networks.



1.5.2. Serviços postais

Como já anteriormente referido, iniciou-se em 2001 a atribuição de licenças e autorizações aos prestadores de serviços postais em regime de concorrência, com base no novo regime legalmente consagrado, que introduziu a necessidade de licença para os serviços postais não reservados abrangidos no âmbito do serviço universal e de autorização para os serviços postais não reservados e não abrangidos no âmbito do serviço universal. Este regime prevê ainda a dispensa de título habilitante adicional para os serviços postais não reservados e não abrangidos no âmbito do serviço universal, prestados pela empresa concessionária do serviço postal universal, CTT - Correios de Portugal. As licenças e autorizações atribuídas em 2001 constam do quadro seguinte:

1.5.2. Postal services

As has already been mentioned, the granting of licences and authorisations for providing postal services began in 2001. This step was taken in line with the newly approved regulatory framework that established a need to assign licences for non-reserved postal services within the universal service boundaries, and authorisations to provide non-reserved postal services that are not part of the universal service. The licences granted in 2001 appear in the following table:

QUADRO 9 TABLE 9

**LICENÇAS/AUTORIZAÇÕES – SERVIÇOS POSTAIS
LICENCES/AUTHORISATIONS – POSTAL SERVICES**

	2001
Licença para prestação de serviços postais não reservados incluídos no âmbito do serviço universal Licence for non-reserved postal services within the boundaries of universal service	1
Autorizações para prestação de serviços postais não reservados não incluídos no âmbito do serviço universal Authorisations to provide non-reserved postal services not included in the universal service	5

2
**DEFESA DOS UTILIZADORES
E CONSUMIDORES E A GARANTIA
DE UM SERVIÇO UNIVERSAL (2º EIXO
ESTRATÉGICO DE ACTUAÇÃO DO ICP
CONSAGRADO NO PLANO DE ACTIVIDADES)**

Por forma a garantir a complementaridade entre os objectivos económicos e sociais da política de comunicações, o ICP manteve em 2001 um papel activo na defesa dos direitos dos cidadãos e dos consumidores e na garantia da prestação de um serviço universal.

Em particular no que diz respeito à salvaguarda do serviço universal, o ICP fiscalizou as obrigações de serviço universal da PT Comunicações e dos CTT - Correios de Portugal, ou seja, a disponibilização de determinados serviços com uma determinada qualidade, a preços acessíveis, independentemente da localização geográfica, da condição socioeconómica e das necessidades especiais de grupos de utilizadores vulneráveis, tais como idosos, deficientes ou outros com necessidades específicas.

**2.1. GARANTIA DOS DIREITOS DOS
CONSUMIDORES E DOS UTILIZADORES**

No que respeita à garantia dos direitos de consumidores e utilizadores, destacam-se os seguintes factos relevantes:

- a) Atendimento de reclamações sobre serviços de comunicações - foi atendido no ICP um grande número de reclamações dos consumidores em geral relativamente aos diversos prestadores de serviços,



2
**PROTECTION OF CONSUMER AND USER
RIGHTS AND GUARANTEEING A UNIVERSAL
PRODUCT (2ND STRATEGIC AREA OF ACTION
IN ICP'S PLAN OF ACTIVITIES)**

In 2001, the ICP played an active role in the defence of consumers' rights and guaranteed a universal service, so that it could guarantee that the communications policy social and economic objectives are complementary.

In terms of guaranteeing a universal service, ICP inspected the universal service obligations of PT Comunicações and CTT - Correios de Portugal. That is, ICP made sure they provided certain services, with a certain level of quality and reasonable prices, regardless of the location, social or economic conditions of the consumer, or special needs of senior citizens, the disabled or other.

2.1. PROTECTING CONSUMER AND USER RIGHTS

The relevant points relating to the protection of consumer and user rights follow:

- a) The handling of communications services complaints - a large number of complaints were handled by the ICP from consumers regarding service providers. There were 115% more complaints, in absolute terms, in 2001, than in the previous year.

tendo-se registado em 2001, em termos absolutos, um crescimento de 115% face ao ano anterior.

QUADRO 10 TABLE 10

	2001	2000
Reclamações sobre serviços de comunicações recebidas no ICP Complaints about communications services received by the ICP	1.228	572

O maior número de reclamações esteve associado aos serviços de audiotexto e ao serviço fixo de telefone (SFT). As reclamações respeitantes ao SFT relacionaram-se maioritariamente com questões sobre pré-selecção, facturação, reparação de avarias e contratos de adesão. As reclamações relativas aos correios prenderam-se, sobretudo, com a violação de encomendas;

The largest number of complaints concerned audiotext and fixed telephone services (FTS). Most complaints regarding FTS had to do with questions about pre-selection, invoicing, repairing malfunctions and contracts. Complaints about postal services concern the mishandling of packages;

QUADRO 11 TABLE 11

**DISTRIBUIÇÃO DAS RECLAMAÇÕES POR SERVIÇOS
COMPLAINTS BY SERVICE TYPE**

	2001	2000
Serviço fixo de telefone Fixed telephone	238	105
Serviço móvel terrestre Mobile telephone	97	101
Audiotexto Audiotext	790	318
Transmissão de Dados Data transmission	48	14
TV Cabo Cable television	31	17
Correios Postal services	10	5
Outros Other	14	12



b) Atendimento de reclamações sobre interferências - as reclamações relativas a interferências na recepção de televisão analógica registaram em 2001 uma redução significativa, na ordem dos 40%, devido à crescente adesão à televisão por cabo. Apenas um quarto das reclamações foram efectivamente interferências confirmadas, constatando-se que as restantes não representavam verdadeiras interferências, mas apenas deficiências de instalação;

b) The handling of interference-related complaints - complaints relating to interference in analogue television reception saw a significant drop - 40% - in 2001. This was primarily due to new cable television clients. Only a quarter of the complaints were confirmed cases of interference, while the remainder were not considered true interference but improperly installed equipment;

QUADRO 12 TABLE 12

RECLAMAÇÕES DE INTERFERÊNCIAS NA RECEPÇÃO DE TELEVISÃO ANALÓGICA COMPLAINTS OF INTERFERENCE IN ANALOGUE TELEVISION RECEPTION

	2001	2000
Reclamações recebidas Complaints received	446	724
Interferências confirmadas Confirmed interference	25%	28%
Interferências não confirmadas (deficiências de instalação) Unconfirmed interference cases (improper installation)	75%	72%

c) Limitação da exposição da população aos campos electromagnéticos (0Hz - 300GHz) - a temática da exposição a radiações electromagnéticas não ionizantes mereceu atenção cuidada, tendo sido deliberada pelo ICP a adopção dos níveis de referência fixados pela União Europeia, na Recomendação do Conselho 1999/519/CE, de 12 de Julho de 1999, aplicáveis enquanto parâmetro técnico a todas as estações de radiocomunicações.

c) Limiting the population's exposure to electromagnetic fields (0Hz-300GHz) - the problem of non-ionised electromagnetic radiation exposure received special attention, as the ICP adopted the levels fixed by the European Union in Recommendation of the Council 1999/519/EC of 12 July 1999, applicable to all radio communications stations.

Simultaneamente, assistiu-se em 2001 a uma crescente preocupação do público em geral com as questões associadas à instalação de antenas de estações de radiocomunicações, em particular as estações de base do serviço móvel terrestre, tendo-se verificado um aumento do número de solicitações nesta área. Foram, assim, recebidas 101 solicitações (contra 7 em 2000), que implicaram a respectiva análise, em local, com o objectivo de avaliar e garantir o cumprimento dos níveis de

The year 2001 also saw a rise in general public concern over the installation of radio communications station antennae, particularly for mobile telephone services. There were 101 such requests in 2001 (versus 7 in 2000); this implied inspecting each location to guarantee that the adopted levels were met. Some 85 station evaluations were carried out, and the levels were at least 50 times less than those set as reference by the EU Recommendation for the power flux density. There were only two cases where operators were

referência adotados. Ficaram concluídos, no mesmo período, 85 processos, apontando os resultados apurados para valores pelo menos 50 vezes inferiores aos valores de referência indicados na Recomendação para a densidade do fluxo de potência. Apenas em dois casos, os operadores foram chamados a alterar as condições de instalação, o que fizeram.

called to make some installation changes, which they responded to.

QUADRO 13 TABLE 13

SOLICITAÇÕES SOBRE A INSTALAÇÃO DE ANTENAS DE RADIOCOMUNICAÇÕES REQUESTS TO INSPECT INSTALLATION OF RADIOCOMMUNICATIONS ANTENNAE

	2001
Pedidos de análise recebidos pelo ICP Number of requests received by ICP	101
Processos concluídos, com análise em local para avaliação dos níveis de referência Inspections carried out and concluded, to evaluate levels	85

Mediante proposta do ICP, foi igualmente decidida a criação de um grupo de trabalho interministerial, composto por representantes dos Ministros de Saúde (cujo representante coordenará o trabalho do grupo), do Equipamento Social, da Economia e da Ciência e Tecnologia. Esta decisão foi concretizada através do despacho conjunto nº 8/2002, subscrito pelos ministros respectivos em 27 de Novembro de 2001. A este grupo de trabalho competirá analisar a Recomendação do Conselho nº 1999/519/CE, de 12 de Julho de 1999, propor um quadro de restrições básicas e níveis de referência adequados e elaborar propostas de actuação concretas;

As part of an ICP proposal, an agreement was reached to create an inter-ministry team, composed of representatives from the Health Ministry, (who will lead the team) the Infrastructure Ministry, the Economy Ministry and the Science and Technology Ministry. This decision was made through Joint Order no. 8/2002, signed by the respective ministers on 27 November 2001. The team will be responsible for analysing Recommendation of the Council no. 1999/519/EC, of 12 July 1999, and will propose a set of basic restrictions to follow and put together and propose concrete actions.

d) Barramento dos serviços de audiotexto - com a entrada em vigor, em 25 de Agosto de 2001, da Lei nº 95/2001, de 20 de Agosto, os serviços de audiotexto passaram a estar barrados como regra. O novo regime impôs aos prestadores do serviço de suporte, normalmente os prestadores do serviço fixo de telefone (SFT), a obrigação de barramento, só podendo o acesso ser activado, genérica ou selectivamente, mediante pedido expresso nesse sentido apresentado pelos respectivos clientes. Apenas se exceptuam desta regra - barramento - os serviços de audiotexto de televoto (a que

d) Audiotext services call barring - starting on 25 August 2001, based on Decree-Law no. 95/2001 of 20 August, audiotext services were barred as a rule. The new law obliged support service providers, normally fixed telephone service (FTS) providers, to block all audiotext calls; the service can only be activated, generically or selectively, if the client presents a formal request to do so. The only exception to this rule is for televoting audiotext services (607 prefix). This service is automatically provided when the contract between the user and the service provider begins. Also, the penalty for failing to comply with this rule was increased.

corresponde o código 607), cujo acesso é automaticamente facultado a partir da entrada em vigor do contrato celebrado entre o utilizador e o prestador do serviço de suporte. Foram, igualmente, reforçadas as penalizações por incumprimento;

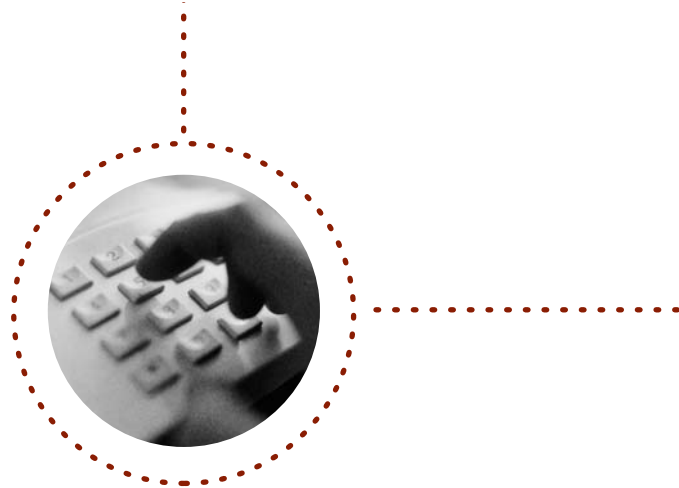
e) Fixação da caução exigível nos casos de restabelecimento do serviço fixo de telefone (SFT) – após consulta promovida junto dos prestadores de SFT, foi adoptado pelo ICP o valor de 9.000\$00 (nove mil escudos) para a caução por estes exigível nos casos de restabelecimento do serviço, na sequência de interrupção decorrente de incumprimento contratual imputável ao consumidor. A aplicação desta caução resulta directamente do Decreto-Lei nº 195/99, de 8 de Junho, que estabelece o regime de prestação de cauções no âmbito dos serviços públicos essenciais;

f) Contactos permanentes com associações de consumidores, nomeadamente com a DECO no âmbito do protocolo estabelecido em 2000, e com o Instituto do Consumidor, em matérias sectoriais que envolvem a protecção dos direitos do consumidor.

2.2. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A disponibilização de mais e melhor informação aos consumidores e utilizadores em geral foi considerada uma prioridade, nomeadamente através da crescente utilização do sítio do ICP como instrumento privilegiado para o efeito. Pretende-se que o sítio se assumia cada vez mais como uma referência inequívoca para os diversos intervenientes no sector, quer em termos de informação genérica quer especializada (áreas temáticas), garantindo-se que nele são publicadas, em tempo útil, as deliberações com impacto externo adoptadas pelo Conselho de Administração do ICP.

Assim, o sítio do ICP, enquanto ferramenta fundamental da política de comunicação, foi objecto de actualização permanente, no tocante à sua versão portuguesa e à versão inglesa. Além disso, iniciou-se em 2001 um processo de reestruturação profunda do sítio, tanto



e) Maximum financial guaranty demanded by fixed telephone service (FTS) providers – after consulting with FTS providers, the ICP approved a PTE 9,000 (nine thousand escudos) maximum guaranty to be demanded by FTS providers in case of reconnection following interruption of service for clients who fail to comply with their contract. This fee was established as a result of Decree-Law no. 195/99 of 8 June, which set guidelines for these types of guaranties to be charged by essential public services providers;

f) There is constant contact with consumer associations, namely with DECO under terms of the protocol established in 2000 and with the Instituto do Consumidor (Consumer Institute), in sectorial matters involving the protection of consumers rights.

2.2. INFORMATION AVAILABILITY

The ICP considered it a priority for consumers and users in general to have access to more and better information, namely through increased use of its website to that end. The ICP expects its website to increasingly serve this purpose for the many and diverse players in the sector, either for general or more specialised information. The Institute aims to ensure that decisions made by the Board of Administration, which it deems will have external impact, are made public in a timely fashion.

As a result, the ICP's website, used as a fundamental tool of the Institute's communication policy, was subject to constant renovations and updates, both in the Portuguese version and the English version. In 2001, the ICP's website underwent serious restructuring, encompassing its graphic image and functional capabilities; site visitors were provided with

ao nível da imagem gráfica, como da arquitectura funcional de informação, visando a apresentação de novas áreas e conteúdos informativos, incluindo um balcão virtual. Nesse contexto, e com o intuito de conhecer o perfil e as necessidades dos utilizadores, foi efectuado em 2001 um questionário on-line, cujos resultados, juntamente com o desenvolvimento de uma aplicação de gestão de conteúdos, assumiram importância essencial para a total renovação do sítio.

A concretização dessa renovação e o consequente lançamento do novo sítio do ICP só ocorreram, porém, já no ano 2002. As recomendações da Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação (CISI), bem como as emanadas de outras entidades, foram tomadas como referência nesse processo de renovação, tendo sido dada especial atenção aos cidadãos com necessidades especiais.

No âmbito da disponibilização de informação ao mercado, com realce para os consumidores, há a referir a realização e publicação do estudo sobre a Aferição da Qualidade de Serviço das Redes Móveis (QoS - GSM), cuja recolha de medidas no terreno foi desenvolvida pelo ICP. Tanto os operadores do serviço móvel terrestre - TMN, Telecel e Optimus - como a DECO estiveram envolvidos na definição da metodologia seguida, tendo acompanhado os trabalhos de campo. Ao contrário do que sucedeu em 2000, este estudo englobou as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, para além do território do Continente.

Podem ainda ser identificadas outras acções desenvolvidas, que visaram sobretudo promover a imagem do ICP e do sector e a divulgação de informação relevante para o mercado:

- a) Publicação do Anuário Estatístico dos Mercados de Comunicações - 2000;
- b) Relatórios sobre a Percepção da Qualidade dos Serviços Postais (1999 e 2001);
- c) Estudo sobre a Evolução de Preços do Serviço Postal (1989-2000);

new areas and new content, as well as an online attendance service. Also, in 2001 the ICP had users fill out an online questionnaire in order to better understand customer profiles and needs. Results of the survey, along with the development of a content management application, were key in the site's renovation.

However, the final renovated product was only finished and subsequently launched in 2002. Recommendations made by the Interministerial Commission for the Information Society (CISI), among others, were taken into account in the renovation process. Special attention was paid to citizens with special needs.

In terms of providing information to the market, especially to consumers, special attention should be given to publication of the report entitled Measuring the Service Quality of Mobile Networks - QoS-GSM, which used data collection methods developed by the ICP. Mobile telephone operators - TMN, Telecel e Optimus - as well as DECO were involved in defining the method to be followed, and contributed to the fieldwork. Contrary to what happened in 2000, this study included, in addition to mainland Portugal, the autonomous regions of the Azores and Madeira.

Other activities undertaken to promote the ICP's image and that of the sector, and to disseminate relevant market information included:

- a) The publication of the Statistical Yearbook for the Communications Market - 2000);
- b) Reports on Perception of the Quality of Postal Services, 1999 and 2001;
- c) Report on the Evolution of Postal Service Prices, 1989-2000;



- d) Estudo sobre Comparações Internacionais de Preços do Serviço de Aluguer de Circuitos (2001);
- e) Edição dos 12 números mensais do boletim SPECTRU;
- f) Publicação do livro e do filme "Tomás e o Espectro Radioeléctrico", cuja divulgação é promovida, com carácter regular, através da Fundação Portuguesa das Comunicações, por ocasião das visitas escolares que regularmente têm lugar;
- g) Desenvolvimento do processo de criação da nova imagem do ICP associada à sua nova designação - ANACOM - e respectiva aplicação nos diversos suportes.

O ICP esteve ainda envolvido nas seguintes acções:

- a) 3ª edição do Prémio da Fundação Portuguesa das Comunicações;
- b) Concurso Epistolar, promovido, ao nível mundial, pela União Postal Universal (UPU), o qual, em Portugal, resulta da actividade conjunta do ICP e dos CTT;
- c) Preparação das comemorações dos 150 Anos do MES, a realizar em Outubro de 2002, em cujo grupo de trabalho está representado.

2.3. PROMOÇÃO DE UM SERVIÇO UNIVERSAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Durante o ano 2001, foram desenvolvidas as seguintes acções com o objectivo de garantir o cumprimento das obrigações de serviço universal da PT Comunicações:

- a) Lançamento de uma consulta pública sobre a oferta de postos públicos pelo prestador de serviço universal, cujo objectivo foi a recolha de informação e opiniões sobre os critérios de dispersão geográfica, de densidade populacional e de utilidade pública a que deve obedecer a instalação e exploração de postos públicos para acesso ao serviço fixo de telefone (SFT), no âmbito do serviço universal;

- d) Report on the Comparison of International Prices in Leased Line Services, 2001;
- e) Publication of the 12 monthly issues of the SPECTRU bulletin;
- f) Publication of a book and film, "Tomás e o Espectro Radioeléctrico" (Thomas and the Radio Spectrum), which are distributed on a regular basis by the Portuguese Communications Foundation during school visits;
- g) Development of the ICP's new image, along with its new designation - ANACOM - and the respective application in the various areas.

The ICP was also involved in the following activities:

- a) The 3rd Portuguese Communications Foundation Award;
- b) The letter-writing competition promoted all over the world by the Universal Postal Union (UPU) and organised in Portugal by the ICP and CTT;
- c) Preparation of commemorations for the 150th anniversary of the Infrastructure Ministry, to take place in October 2002. The ICP is represented on the respective working group.

2.3. PROMOTION OF A UNIVERSAL TELECOMMUNICATIONS SERVICE

During 2001, the following activities were developed by the ICP to guarantee that PT Comunicações complies with the obligations of universal service:

- a) The ICP began a public consultation of the universal service provider's network of public pay phones. Its aim was to gather information and opinions on the geographical location, population density, and public service criteria that PT Comunicações must comply with in what regards the installation and management of public pay phones;
- b) Modifications to the provision of telephone books

b) Alterações da oferta de listas e serviços informativos associados ao serviço universal - na sequência de deliberações anteriores, foi determinado pelo ICP que a PT iniciasse os procedimentos conducentes à elaboração, publicação e disponibilização de listas telefónicas incluindo os clientes de outros prestadores do serviço fixo de telefone que não a PT e os clientes do serviço telefónico móvel, devendo incluir os dados dos clientes de outros prestadores do serviço fixo de telefone que não a PT e do serviço telefónico móvel no serviço informativo, bem como alterar a estrutura da apresentação do registo dos clientes nas listas telefónicas e dos ficheiros de recolha de informação. Simultaneamente, o ICP iniciou a análise das regras conducentes à formação de eventuais preços máximos aplicáveis no âmbito deste serviço, tendo para o efeito promovido uma auditoria;

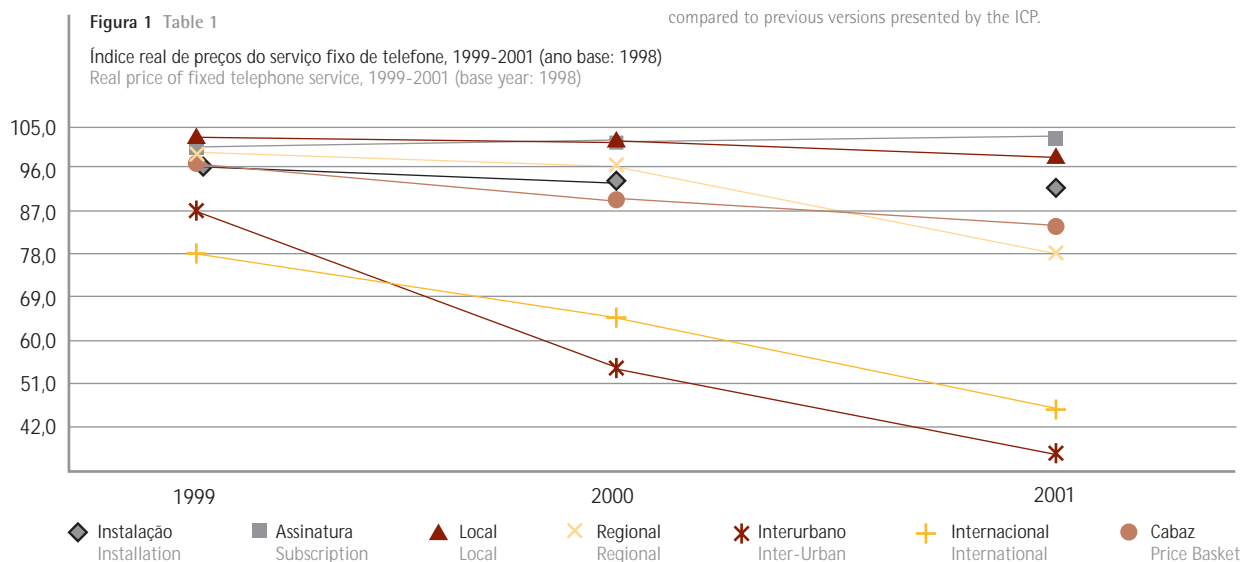
c) Fiscalização do cumprimento das regras de fixação de preços - o ICP procedeu à verificação da conformidade da proposta de tarifários do SFT com as regras de fixação de preços definidas no âmbito do diploma que rege o serviço universal. Em 2001, os preços nominais do serviço fixo de telefone praticados pela PT Comunicações registaram, em termos globais, uma redução. As reduções mais acentuadas verificaram-se nas comunicações regionais e interurbanas, respectivamente, sendo que a assinatura de linha analógica foi a única componente com um acréscimo de preço;

and directory services associated to universal service - after prior deliberations, the ICP concluded that PT should start work on publishing a telephone book that includes the customers of fixed telephone service providers other than PT, as well as those of the mobile telephone service providers. Also, PT is to provide in directory inquiries data on customers of other fixed telephone service providers and those of mobile telephone service providers. The ICP also asked PT to alter the presentation of customer entries in the telephone directory and in their respective information files. Simultaneously, the ICP began an analysis of rules for applying maximum tariffs for this service; the Institute undertook an audit specifically for this end;

c) Monitoring of compliance with price-setting rules - the ICP proceeded to verify that the tariff proposals made by PT Comunicações complied with the universal service pricing principles and rules. In 2001, nominal prices for fixed telephone service as a whole, as practised by PT Comunicações, were lower than the previous year. The sharpest drops came under regional and inter-urban calls, respectively. The monthly fee for an analogue line was the only category that rose in price.

Nota: O índice de preços calculado é estático, ou seja, são utilizados os mesmos ponderadores para todos os anos da série. Os ponderadores utilizados correspondem à informação mais recente de que o ICP dispõe. Por esta razão, poderão existir diferenças face a anteriores versões de evoluções de peças apresentadas pelo ICP.

Note: This price index is static, i.e., the same traffic weights are used for every year in the series. The figures correspond to the most recent information available to the ICP. For this reason, there may be differences if compared to previous versions presented by the ICP.



- d) Remessa ao Conselho Consultivo do ICP, para discussão e parecer, de um documento sobre os indicadores de qualidade do serviço fixo de telefone.

2.4. PROMOÇÃO DE UM SERVIÇO POSTAL UNIVERSAL

Também no âmbito dos serviços postais foi desenvolvido um conjunto de acções com o objectivo de fiscalizar o cumprimento das obrigações de serviço universal dos CTT - Correios de Portugal.

Entre estas acções, destacam-se as seguintes:

- a) Assinatura de adenda ao Convénio de Qualidade do Serviço Postal Universal, relativa aos níveis de qualidade de serviço do correio transfronteiriço intracomunitário;
- b) Aprovação do regime de preços dos serviços não reservados que integram o serviço postal universal a vigorar em 2002, assim como do texto da correspondente Adenda ao Convénio de Preços do Serviço Postal Universal;
- c) Publicação da declaração de conformidade do sistema de contabilidade analítica dos CTT com os princípios e regras aplicáveis, na sequência da realização de auditoria aos resultados referentes ao exercício de 1999;
- d) Aprovação dos resultados da auditoria aos indicadores de qualidade de serviço (IQS), relativamente ao ano de 1999;
- e) Realização de um estudo sobre a percepção da qualidade dos serviços postais, no qual, em termos globais e numa escala de 1 a 20, estes obtiveram uma média de 14 valores;
- f) Verificação da conformidade da proposta de tarifário apresentada pelos CTT com os princípios e as regras de fixação de preços convencionados, sendo os quadros seguintes ilustrativos da situação apurada em 2001 relativamente aos índices de preços reais do correio normal e do correio azul, respectivamente;



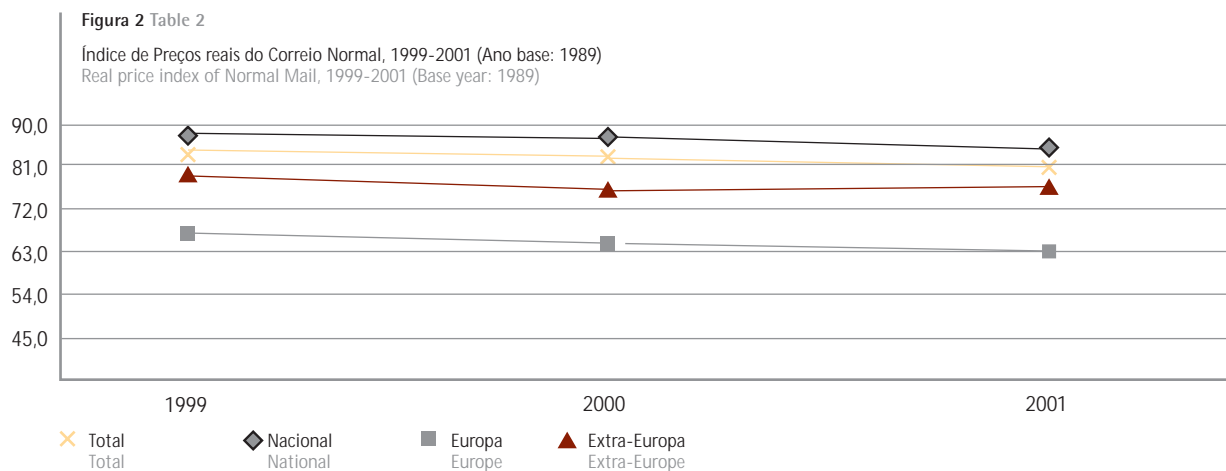
- d) The ICP's put together a document outlining the indicators for the quality of fixed telephone service and requested the Consultation Committee opinion about the document in question.

2.4. PROMOTION OF A UNIVERSAL POSTAL SERVICE

In terms of postal services, a series of actions were taken to monitor the obligations of CTT-Correios de Portugal to provide a universal service.

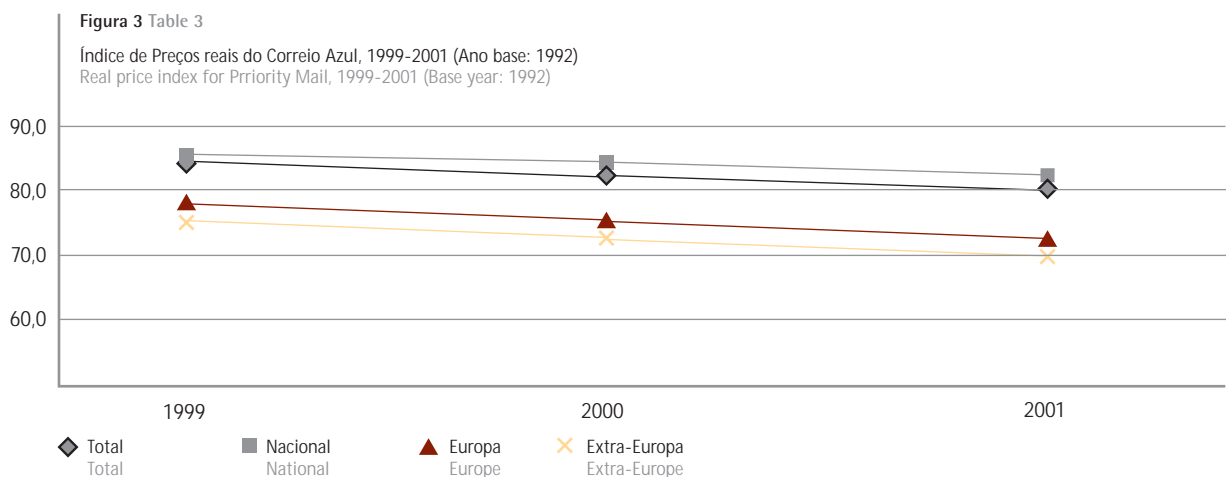
Among these actions, the following are of note:

- a) The signing of a supplement to the Universal Postal Service Quality Convention, which refers to the quality levels of cross-border intra-EU postal services;
- b) Approval of the pricing scheme for non-reserved services included in the universal postal service in force in 2002, as well as the Addendum to the Price Convention for Universal Postal Service;
- c) Publication of a statement of conformity of the CTT's analytical accounting standards, following an audit of its 1999 results;
- d) Approval of audit results of the 1999 quality service indicators;
- e) Realisation of an opinion survey on the quality of postal services; with an overall attribution of 14 points on a scale of 1 to 20;
- f) Monitoring to ensure that the CTT's proposed tariff table complies with the principles and rules set in the pricing Convention for setting fixing prices. The following table illustrates the real price index for normal mail and priority mail (correio azul) in 2001.



Nota: O índice de preços calculado é estático, ou seja, são utilizados os mesmos ponderadores para todos os anos da série. Os ponderadores utilizados correspondem à informação mais recente de que o ICP dispõe. Por esta razão, poderão existir diferenças face a anteriores versões de evoluções de preços apresentadas pelo ICP.

Note: This price index is static, i.e., the same variables are used for every year in the series. The figures correspond to the most recent information available to the ICP. Because of this, there may be differences if compared to previous versions presented by the ICP.

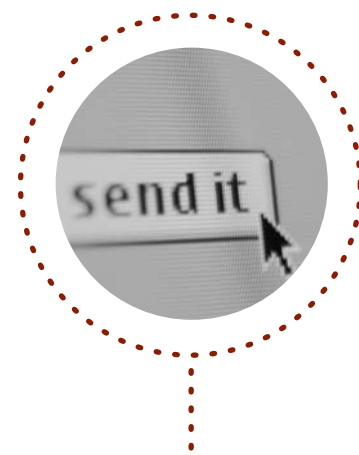


Nota: O índice de preços calculado é estático, ou seja, são utilizados os mesmos ponderadores para todos os anos da série. Os ponderadores utilizados correspondem à informação mais recente de que o ICP dispõe. Por esta razão, poderão existir diferenças face a anteriores versões de evoluções de preços apresentadas pelo ICP.

Note: This price index is static, i.e., the same variables are used for every year in the series. The figures correspond to the most recent information available to the ICP. Because of this, there could be differences if compared to previous versions presented by the ICP.

g) Produção de pareceres, de acordo com a legislação aplicável, sobre a introdução de novos serviços e sobre a alteração de horários em estações de correios;

h) Início dos trabalhos conducentes à celebração do Convénio de ofertas mínimas e objectivos de



desenvolvimento previsto no Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal.

3

DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (3º EIXO ESTRATÉGICO DE ACTUAÇÃO DO ICP CONSAGRADO NO PLANO DE ACTIVIDADES)

A promoção do desenvolvimento da Sociedade da Informação é um objectivo crucial da regulação de comunicações.

Para tal se conjugam as iniciativas previstas nos outros dois eixos de intervenção estratégica do ICP, relacionados com o desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais e com a protecção dos interesses dos utilizadores e consumidores.

Por esta razão, algumas das acções anteriormente registadas revestem importância crucial para a concretização deste objectivo, nomeadamente:

- A definição de um novo regime de preços interligação para o acesso à Internet, envolvendo toda a economia de prestação de serviços e ofertas não temporizadas (tarifas planas) e todas as restantes acções associadas;
- As alterações impostas ao nível da oferta de AP RDIS, meio utilizado pelos prestadores de acesso à Internet (ISP) para prestar o serviço;
- As deliberações associadas à reformulação da oferta de circuitos alugados;
- Os desenvolvimentos associados às plataformas de TDT e UMTS.

Para além destas acções, detalhadas no âmbito dos eixos anteriormente desenvolvidos, destacam-se as seguintes:

a) Iniciativa, Convergência e Regulação

A proposta de actuação estratégica para o

g) Issuance of opinions, in accordance with applicable legislation, about the introduction of new services and the alteration of post office opening and closing hours.

h) Start of work to prepare a Convention on minimum offer and network development objectives anticipated in the Universal Postal Service Contract Concession.

3

DEVELOPMENT OF AN INFORMATION SOCIETY (3RD STRATEGIC ACTION AREA IN THE ICP'S PLAN OF ACTIVITIES)

The promotion of Information Society development is a crucial part of communications regulation.

To achieve this, the ICP brings together the other two areas of action, related to the development of open and competitive markets and the protection of consumers' and users' interests.

Some of the actions in these areas are of crucial importance for an Information Society, namely:

- Defining a new interconnection pricing scheme for Internet access, which includes all of the service including the definition of timed and non-timed (flat rate) services and all other associated actions;
- Alterations that have been imposed in the Primary Access ISDN offer, which is an infrastructure used by Internet Service Providers (ISPs) to build its networks;
- Decisions made on the reformulation of PT's leased lines offer;
- Developments concerning Terrestrial Digital Television (TDT) and UMTS platforms.

Apart from these actions, which have been detailed in the areas mentioned above, the following are also of importance:

a) The Convergence and Regulation Project

desenvolvimento dos sectores do audiovisual e das telecomunicações em ambiente de convergência tecnológica motivou a iniciativa "Convergência e Regulação", criada por despacho conjunto dos Ministros da Presidência e do Equipamento Social, de 26 de Junho de 2001.

No âmbito desta iniciativa, foram recolhidos contributos de um grupo de personalidades de reconhecido mérito e com experiência nos sectores das comunicações e da comunicação social, nomeadas para o efeito também por despacho conjunto dos Ministros da Presidência e do Equipamento Social, bem como de representantes dos diferentes interesses em presença.

Atendendo à posição que assumem nos sectores em causa, é atribuída importância particular à acção conjunta do Instituto da Comunicação Social (ICS) e do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), que ficaram com a responsabilidade, que cumpriram, de criação de um grupo de trabalho paritário, com o objectivo de identificar as questões relevantes suscitadas pela convergência.

O trabalho desenvolvido nesse contexto permitiu dar início à preparação da consulta pública sobre a matéria, com lançamento fixado para 2002;

b) Plataforma Convergência e Desenvolvimento

O ICP criou, em conjunto com os operadores de telecomunicações, teledifusores, produtores de conteúdos, fabricantes de equipamentos e associações de consumidores, uma plataforma que visa gerar contribuições para a redefinição do sector das telecomunicações. Em causa está um novo modelo de convergência entre tecnologias e serviços, que necessariamente provocará alterações no próprio papel do ICP como organismo regulador.

Esta Plataforma de Convergência e Desenvolvimento congrega três grupos de trabalho, vocacionados para as questões dos consumidores, dos operadores e da indústria.

A strategic action proposal for development of the audiovisual and telecommunications sectors in a context of technological convergence prompted the "Convergence and Regulation" project, created by joint order of the Ministers of the Presidency and of Infrastructure of 26 June 2001.

The project counted contributions from a group of reputed and experienced communications and media sector professionals, appointed for that purpose by joint order of the Ministers of the Presidency and of Infrastructure. Representatives from the various participating organisations also contributed.

In light of the position they assume in their respective sectors, the joint action undertaken by the Portuguese Media Institute (ICS) and the ICP is considered to be of particular importance, as they fulfilled their obligation to set up a joint working group to identify issues raised by convergence.

The work in this context has prompted preparation of a public consultation project whose launch is scheduled for 2002;

b) Convergence and Development Platform

The ICP, in a joint effort with telecommunications operators, television companies, content providers and equipment manufacturers, created a platform so that contributions can be gathered to redefine the telecommunications sector. Such redefinition includes a new model of convergence for technologies and services, which will necessarily lead to changes in the ICP's role as a regulator.

This Convergence and Development Platform is made up of three working groups that handle queries from consumers, operators and industry.

In 2001, meetings and seminars were held about this platform, namely on the "ICP's Activity in International Organizations" and "Digital Television and the People with Special Needs";

c) Participation in the Interministerial Commission for an Information Society (CISI), co-ordinated by the

Durante o ano de 2001, realizaram-se no âmbito desta plataforma reuniões e seminários, nomeadamente, sobre "A Acção do ICP em Organismos Internacionais" e "A Televisão Digital e as populações com necessidades especiais";

c) Participação na Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação (CISI), coordenada pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, através do Presidente do Conselho de Administração do ICP, que integra o núcleo do Ministério do Equipamento Social;

d) Promoção de iniciativas no âmbito de projectos utilizadores de tecnologias de informação, comunicações e multimédia, nas áreas de informação, saúde, educação e necessidades especiais. Neste âmbito, são de assinalar as seguintes realizações em 2001:

- Finalização do projecto piloto dos Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC) - extensão das Lojas do Cidadão, desenvolvido em parceria com o Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão (IGLC) e com os CTT, tendo sido abertos, em 2001, 9 dos 11 postos que constituíam o projecto piloto;
- Conclusão da Iniciativa Estratégica para o Desenvolvimento da Telemedicina, tendo sido desenvolvidos uma dezena e meia de projectos de telemedicina, abrangendo diversos hospitais e instituições de saúde;
- Lançamento do programa "Geração Millenium", que se destina a dotar os jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos de competências básicas nas tecnologias da informação e comunicações;
- Inauguração do Cybercentro da Covilhã.

4. ASSESSORIA AO GOVERNO

No âmbito das suas funções de assessoria ao Governo, o ICP desenvolveu ao longo do ano 2001 diversas acções, das quais se destacam a preparação de legislação sectorial e a emissão de pareceres, incluindo no âmbito da

Minister of Science and Technology, via the Chairman of the ICP's Board of Administration, who is a member of the Infrastructure Ministry delegation;

d) Promotion of projects that use information technology, information in the communications and multimedia sectors, health, education and special needs. The following actions are highlighted:

- Finalisation of a Citizen Attendance Points pilot project - an extension of the so-called Lojas do Cidadão (Shops for Citizens); developed in partnership with the Lojas do Cidadão Management Institute (IGLC) and the CTT; the year 2001 witnessed the opening of 9 of the 11 points included in the project;
- Conclusion of the Strategic Initiative for Telemedicine Development; some 15 projects were developed in this context, counting the participation of various hospitals and health institutions;
- Launching of the "Millennium Generation" projects, focusing on teaching boys and girls (aged between 10 and 18) the basics of information and communications technologies;
- Inauguration of the Covilhã Cybercentre.

4. GOVERNMENT ADVISORY

As part of its government advisory responsibilities, the ICP undertook various projects in 2001. Its activity for UMTS includes actions to change possible for us include, including the preparation of sector legislation and the issuance of opinions, namely on the eventual sale of the government's basic telecommunications network to PT Comunicações. Other relevant projects include the award of licenses to provide services using the radio spectrum. Even though the Ministry of Infrastructure was responsible for this, the ICP played a significant role, as exemplified by the award of a licence to a new TDT operator, and by the decisions to change the deadline for the initiation of activity by UMTS license holders.

eventual venda à concessionária da rede básica de telecomunicações. Destacam-se, igualmente, os processos de atribuição de licenças de prestação de serviços que envolvem a utilização de espectro radioeléctrico que, sendo da responsabilidade do Ministro do Equipamento Social, contaram com uma forte intervenção do ICP. Foi o caso da licença do novo operador de TDT e da decisão de alteração das licenças dos operadores UMTS no tocante ao prazo para o início da respectiva actividade.

Os principais diplomas associados às actividades do sector, publicados durante o ano de 2001, encontram-se listados em anexo.

5. REPRESENTAÇÃO DO SECTOR E COOPERAÇÃO

5.1 Representação do sector

O objecto do ICP inclui a representação do sector das comunicações, conforme expressamente resulta dos seus estatutos. No que à representação internacional diz respeito, está nomeadamente atribuída ao ICP a representação técnica do Estado Português nos organismos internacionais do sector e o acompanhamento, no plano técnico, das estruturas comunitárias. Simultaneamente, o ICP intervém, enquanto entidade reguladora do sector das comunicações, nas organizações especializadas correspondentes.

Neste contexto, o ICP acompanha activamente as actividades sectoriais no seio da União Europeia (Comissão, Conselho e Parlamento), da UIT - União Internacional das Telecomunicações, da IMSO - Organização Internacional de Satélites Móveis, da ITSO - Organização Internacional das Telecomunicações por Satélite, da EUTELSAT - Organização Europeia de Telecomunicações por Satélite, da UPU - União Postal Universal, da UPAEP - União Postal das Américas, Espanha e Portugal, da OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e da ESA - Agência Espacial Europeia, organizações estas com uma forte componente política, em que, como tal, é estabelecida uma articulação permanente com o Governo (Tutela e Ministério dos Negócios Estrangeiros).



The main legislative measures associated to sector-related activities published in 2001 may be found in the appendix.

5. SECTOR REPRESENTATION AND CO-OPERATION

5.1 Sector Representation

One of the ICP's goals is to represent the communications sector, as stated in the Institute's statutes. In so far as international representation is concerned, the ICP is the technical representative of the Portuguese government before international sector bodies. The ICP also accompanies EU technical projects and is part of various sectorial organisations.

ICP is an active player in sectorial activities of the European Union (Commission, Council and Parliament), the ITU - International Telecommunication Union, the IMSO - International Mobile Satellites Organisation, the ITSO - International Telecommunications Satellite Organisation, EUTELSAT - European Satellite Telecommunications Organisation, the UPU - Universal Postal Union, the UPAEP - Postal Union of the Americas, Spain and Portugal, the OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development, and the ESA - European Space Agency. These organisations have a strong political component and the government thus maintains permanent contact with same (through the Ministry of Foreign Affairs).

Highlights among the technically specialised sectorial organisations include CEPT - the European Conference of Postal and Telecommunications Administrations, the IRG - Independent Regulators Group, and the ETSI - European Telecommunications Standards Institute.



Em relação às organizações sectoriais especializadas de natureza técnica, são de realçar a CEPT - Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações, o IRG - Grupo de Reguladores Independentes e o ETSI - Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações.

No exercício desta actividade, o ICP estabelece, sempre que necessário, a coordenação com outras entidades interessadas nos assuntos em discussão, como sejam os operadores de telecomunicações e de correios.

A representação institucional e técnica do sector manteve-se, em 2001, como um vector importante da actividade do ICP, em particular no âmbito comunitário, onde há a destacar os avanços significativos ocorridos na discussão do novo quadro regulamentar aplicável às comunicações electrónicas, conhecido por "Revisão 99", bem como a adopção da posição comum do Conselho sobre a abertura à concorrência dos serviços postais.

O ICP assumiu ainda a vice-presidência da CEPT, a que se seguirá a respectiva presidência a partir do último trimestre de 2002.

O IRG, que reúne os reguladores europeus do espaço da UE e da EFTA, prosseguiu a sua intensa actividade em diferentes áreas de interesse comum, incluindo o processo da "Revisão 99". Foi também dada continuidade ao projecto IRGIS, liderado pelo ICP, que se consubstancia no sistema de gestão e disponibilização em linha da informação sobre a regulação e o mercado das telecomunicações na Europa.

No quadro da UIT, para além das actividades regulares, intensificaram-se os trabalhos de preparação das conferências mundiais que se irão realizar em 2002: a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (WTDC02) e a Conferência de Plenipotenciários (PP02). Também as organizações internacionais do sector postal -

During the exercise of this activity, and if deemed necessary, the ICP establishes contact and co-ordinates with other interested parties on the topics under discussion, whether concerning telecommunications or postal operators.

The institutional and technical representation of the sector was an important part of the ICP's activity in 2001. This is especially true in the EU context, where important measures include the discussion of the new regulatory framework for electronic communications known as 99 Review and the adoption of a common EU stance on opening the postal service to competition.

The ICP has also been named vice-president of CEPT, and will take on the respective presidency in the fourth quarter of 2002.

The IRG, which brings together all EU and EFTA European regulators, continued its activities in different areas of common interest, including 99 Review. The ICP also led the IRGIS project, a system of management and sharing of information on the European regulation and telecommunications market.

At the ITU, in addition to regular activities, preparations intensified for world conferences upcoming in 2002: the World Telecommunications Development Conference (WTDC02) and the Plenipotentiaries Conference (PP02).

Also, the international postal sector organisations - the UPU and UPAEP - carried on with their respective projects, associated to reform of said organisations, while the World Trade Organisation (WTO) discussed including postal services in the General Agreement on Trade in Services.

5.2 Co-operation

The ICP has always given high priority to co-operation

UPU e UPAEP – prosseguiram os respectivos trabalhos, associados nomeadamente à reforma destas organizações, enquanto no seio da Organização Mundial de Comércio (OMC) se abordou a inclusão dos serviços postais nas negociações do Acordo Geral de Comércio de Serviços.

5.2 Cooperação

O ICP sempre atribuiu importância significativa à cooperação com entidades homólogas, ou com competências afins, de outros países. Essa cooperação tem, de alguma forma, dado seguimento às políticas definidas ao nível governamental, complementando-as no âmbito dos domínios de intervenção do ICP.

Assumindo natureza quer institucional quer técnica, a cooperação protagonizada pelo ICP em 2001 manifestou-se através de diferentes tipos de actividades:

- a) Prosseguimento da cooperação institucional no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), consubstanciada nomeadamente na participação no V Encontro Ministerial e de Administrações de Correios e Telecomunicações, e da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa (AICEP), através do acompanhamento da respectiva assembleia geral e do Fórum "Comunicações: Globalização e Identidade";
 - b) Aprofundamento do relacionamento bilateral com o órgão regulador do Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), dando continuidade ao acordo de cooperação celebrado em 1999 ao nível ministerial, com a realização, em 2001, de duas reuniões bilaterais e de missões especializadas;
 - c) Prosseguimento da cooperação técnica bilateral com os PALOP, em desenvolvimento de protocolos de cooperação bilaterais anteriormente celebrados com as autoridades competentes desses países, concretizada sobretudo através da realização de estágios em Portugal, missões em local e da resposta a pedidos de informação especializada;
- with its counterparts in other countries. Such co-operation has followed on and complemented the government's policies.
- The ICP celebrated the following institutional and technical co-operation agreements in 2001:
- a) An institutional co-operation agreement with the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP). This includes participating in the 5th Ministerial Meeting of Postal and Telecommunications Administrations of Portuguese-speaking Countries and Territories (AICEP), by taking part in the respective general assembly and the "Communications: Globalisation and Identity" forum;
 - b) Strengthening of the bilateral relationship with Brazilian regulator Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). The ICP continued its co-operation agreement established in 1999 on a ministerial level, and in 2001 took part in two bilateral meetings and various specialised projects;
 - c) Continuation of a bilateral technical co-operation agreement with PALOP (Portuguese-speaking Africa) countries, further developing previous bilateral co-operation protocols established with same. These include internships in Portugal, on-site projects and responding to requests for specialised information;
 - d) Continuation of a co-operation agreement with East Timor, included in the Memorandum of Understanding on co-operation between the Portuguese government and the East Timor Transition Government established in 2000. This included internships at the ICP, on various communications sector topics;
 - e) Bilateral meetings with the regulatory authorities of Hungary and Kenya.

6. SERVICE PROVISION – ICP LABORATORY ACTIVITIES

The ICP has been providing services to external entities

d) Prosseguimento da cooperação com Timor Leste, no âmbito do Memorando de Entendimento em matéria de cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo de Transição em Timor Leste, estabelecido em 2000, envolvendo a realização de estágios no ICP sobre matérias diversas no âmbito do sector das comunicações;

e) Realização de reuniões bilaterais com as autoridades reguladoras da Hungria e do Quênia.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ACTIVIDADE LABORATORIAL DO ICP

O ICP presta serviços a entidades exteriores através de dois dos seus laboratórios, o Laboratório de Compatibilidade Electromagnética (LCEM) e o Laboratório de Metrologia Radioelétrica (LMR), desde que os mesmos iniciaram a sua actividade, em 1993 e em 1999, respectivamente.

O LCEM encontra-se acreditado desde 1995, apoiando a indústria e realizando ensaios de controlo de mercado para verificação da conformidade dos equipamentos eléctricos e electrónicos. Os ensaios são efectuados em protótipos de equipamentos industriais (electrodomésticos e ferramentas portáteis) e em equipamentos informáticos e outros (monitores, teclados, "ratos", impressoras, colunas áudio).

O LMR obteve a sua acreditação em 1999, tendo, a partir do ano 2000, iniciado a realização de calibrações para o exterior. A sua actividade abrange sobretudo três tipos de equipamentos: analisadores de radiocomunicações, aparelhos de medida (multímetros) e geradores de radiofrequência.

Entretanto, ambos os laboratórios viram, no final de 2001, a sua acreditação ser renovada, pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025.

Procedeu-se também a uma revisão profunda do Sistema de Qualidade em relação aos laboratórios, por motivo da alteração, a ocorrer em 2002, da norma de qualidade de referência, que passará a ser a NP EN ISO/IEC

through two of its laboratories, the Electromagnetic Compatibility Laboratory (LCEM) and the Radio Meteorology Laboratory (LMR), ever since they began operations, in 1993 and 1999 respectively.

The LCEM has been an accredited laboratory since 1995 and has supported the industry, performing control tests on the market to verify the conformity of electrical and electronic equipment. The tests are done on industrial prototype equipment (appliances and portable equipment) and IT equipment (monitors, keyboards, printers, audio speakers);

The LMR was accredited in 1999 and began collaborating with external entities in 2000. Activities in this laboratory are done using three types of equipment: radiocommunications analysers, measuring instruments (multimeters), and radio frequency generators.

Both laboratories saw their accreditation renewed in 2001 by the Portuguese Quality Control Institute (IPQ), in accordance with the NP EN ISO/IEC 17025 standard.

A broad revision of the Quality Control System on laboratories was performed due to a change in the quality control standard, NP EN ISO/IEC 17025, in 2002. This new standard not only became stricter by treating uncertainties in tests, but the quality of providing services increased, by adapting laboratories to the ISO 9001 and 9002 standards.

APPENDIX Published Measures

In terms of regulatory activities, the following measures were published in 2001:

1.1 ICP-initiated activities

General Telecommunications Regime:

- Alteration of the Regulation on the Operation and

17025. Com esta nova norma obteve-se não só mais rigor, ao alargar aos ensaios o tratamento de incertezas, como também no domínio da prestação de serviços aos clientes, cuja qualidade aumentou, pela adaptação ao contexto laboratorial do conteúdo das ISO 9001 e 9002.

ANEXO

Diplomas publicados

Em termos da actividade regulamentar, referem-se os seguintes diplomas publicados durante o ano de 2001:

1.1 Da iniciativa do ICP

Regime Geral de Telecomunicações:

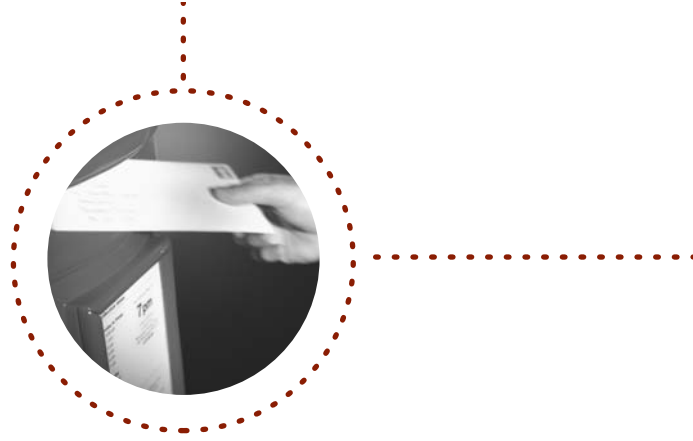
- Alteração ao Regulamento de Exploração de Redes Públicas de Telecomunicações - Decreto-Lei nº 249/2001, de 21 Setembro;
- Prorrogação do prazo para o efectivo início da actividade licenciada para o IMT2000/UMTS até 31 de Dezembro de 2002 - Despacho nº 111/MES/2001, de 24 de Outubro de 2001;
- Alteração ao regulamento do concurso público para a atribuição de quatro licenças de âmbito nacional para os sistemas de telecomunicações móveis internacionais (IMT2000/UMTS), aprovado pela Portaria nº 532-A/2000, de 31 de Julho - Portaria nº 1428-A/2001, de 17 de Dezembro;
- Alienação da participação accionista da OPTEP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. no capital social da OPTIMUS - Telecomunicações, S.A. e regulação do início de actividade da ONI WAY - Infocomunicações, S.A. no mercado de telefonia móvel - Despacho MES nº 122/2001, de 18 de Dezembro de 2001;
- Declaração de conformidade do sistema de contabilidade analítica da Portugal Telecom, S.A. (exercício de 1998) - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 27 de Fevereiro de 2001;

Management of Public Telecommunications Networks - Decree-Law no. 249/2001 of 21 September.

- Postponement of the deadline to start licensed operations for IMT2000/UMTS to 31 December 2002 - Order no. 111/MES/2001 of 24 October 2001;
- Modification of the Regulation on the public tender to award four IMT2000/UMTS licenses, approved by Administrative Rule 532-A/2000 of 31 July - Administrative Rule 1428-A/2001 of 17 December;
- Sale of the stake in OPTEP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. of the stake in mobile phone operator OPTIMUS - Telecomunicações, S.A. and regulation of the start of operations by ONI WAY - Infocomunicações, S.A. in the mobile telephony market - Infrastructure Ministry Order no. 122/2001 of 18 December 2001;
- Statement of conformity of Portugal Telecom's analytical accounting system (for full-year 1998 accounts) - Notice published in the Diário da República (Series III) on 27 February 2001;
- Statement of conformity of Portugal Telecom's analytical accounting system (for full-year 1999 accounts) - Notice published in the Diário da República (Series III) on 21 August 2001;
- General Conditions for the Interconnection Agreement negotiations for 2001 - Notice published in the Diário da República (Series III) on 5 September 2001.

Radiocommunications:

- Fees to be applied to radiocommunications - Administrative Rule no. 667-A/2001 of 2 July, corrected by Rectification Declaration no. 14-E/2001 of 31 July;
- Categorising stations that need radio licenses,



- Declaração de conformidade do sistema de contabilidade analítica da Portugal Telecom, S.A. (exercício de 1999) - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 21 de Agosto de 2001;
- Condições Gerais e Prévias à Negociação de Acordos de Interligação para 2001 - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 5 de Setembro de 2001.

Radiocomunicações:

- Taxas aplicáveis às radiocomunicações - Portaria nº 667-A/2001, de 2 de Julho, rectificada pela Declaração de Rectificação nº 14-E/2001, de 31 de Julho;
- Categorias de estações que carecem de licença radioelétrica, situações de isenção de licença de rede e de estação, elementos que devem instruir os requerimentos para atribuição de licenças radioelétricas e requisitos dos projectos técnicos a apresentar - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 18 de Setembro de 2001.

Equipamento Terminal:

- Publicitação das referências relativamente a normas e regulamentação técnica comum, ao abrigo do Decreto-Lei nº 192/2000, de 18 de Agosto - publicação de diversos avisos na III Série do Diário da República.

Televisão Digital:

- Regulamento do concurso público para a atribuição de uma licença de âmbito nacional para o estabelecimento e exploração de uma plataforma de Televisão Digital Terrestre - Portaria nº 346-A/2001, de 6 de Abril;
- Abertura do Concurso Público - Aviso nº 5520-A/2001 (2ª Série), de 7 de Abril, publicado no Diário da República (II Série Suplemento), de 7 de Abril de 2001;
- Frequências para o serviço de radiodifusão televisiva digital terrestre - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 6 de Janeiro de 2001;

situations of exemption from network or station licenses, guidelines for the award of radio licenses and requirements for the respective technical projects - Notice published in the Diário da República (Series III) on 18 September 2001.

Terminal Equipment:

- Divulagation of references to common technical standards and regulations, under terms of Decree Law no. 192/2000 of 18 August - publication of various notices in Series III of Diário da República.

Digital Television:

- Regulation on the public tender for awarding a license to establish, operate and manage a platform for digital terrestrial television - Administrative Rule no. 346-A/2001 of 6 April;
- Launching of a public tender - Notice no. 5520 A/2001 (2nd Series), 7 April, published in the Diário da República (Series II Supplement) on 7 April 2001;
- Radio frequencies for broadcasting digital terrestrial television - Notice published in the Diário da República (Series III) on 6 January 2001;
- Appointment of evaluation committee members - Order no. 8015/2001 (2nd series) of 12 April, published in the Diário da República (Series II) on 17 April 2001.

Conditional Access:

- Regime applicable to conditional access to radio broadcast television and information society services, along with the respective legal protection and user equipment - Decree-Law no. 287/2001 of 8 November.

- Nomeação dos membros da comissão de avaliação - Despacho nº 8015/2001 (2ª série), de 12 de Abril, publicado no Diário da República (II Série), de 17 de Abril de 2001.

Acesso Condicional:

- Regime aplicável à oferta de acesso condicional aos serviços de televisão, de radiodifusão e da sociedade de informação, à respectiva protecção jurídica, bem como aos equipamentos de utilizador que lhe estão associados - Decreto-Lei nº 287/2001, de 8 de Novembro.

Serviços Postais:

- Regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços postais explorados em concorrência - Decreto-Lei nº 150/2001, de 7 de Maio;
- Fixação das taxas devidas pelas entidades licenciadas e autorizadas para a prestação de serviços postais - Despacho MES nº 21080/2001 (2ª Série), de 21 de Setembro, publicado no Diário da República (II Série), de 10 de Outubro de 2001;
- Convénio de Preços do Serviço Postal Universal, celebrado entre a DGCC, o ICP e os CTT, SA - assinado em 21 de Dezembro de 2000, publicado no Diário da República (III Série), de 1 de Março de 2001;
- Convénio de Qualidade do Serviço Postal Universal, celebrado entre o ICP e os CTT, SA - assinado em 21 de Dezembro de 2000, publicado no Diário da República (III Série), de 1 de Março de 2001;
- Adenda ao Convénio de Preços do Serviço Postal Universal celebrado entre a DGCC, ICP e CTT, S.A. - assinada em 21 de Dezembro de 2001 (não foi publicada em Diário da República em 2001);
- Declaração de conformidade do Sistema de Contabilidade Analítica dos CTT - Correios de Portugal, S. A. (exercício de 1999) - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 17 de Agosto de 2001.

Postal Services:

- Regime for access to and operation as a postal service provider in a competitive environment - Decree-Law no. 150/2001 of 7 May;
- Setting of tariffs by licensed and authorised postal service providers - Infrastructure Ministry Order no. 21080/2001 (2nd Series) of 21 September, published in the Diário da República (Series II) on 10 October 2001;
- Universal Postal Service Price Convention, signed by the DGCC, ICP and CTT on 21 December 2000 and published in the Diário da República (Series III) on 1 March 2001;
- Quality Convention for Universal Postal Service - signed by the ICP and CTT on 21 December 2000 and published in the Diário da República (Series III) on 1 March 2001;
- Supplement to the Universal Postal Service Price Convention, signed by the DGCC, ICP and CTT on 21 December 2001 (not published in the Diário da República for 2001)
- Declaration of conformity of the CTT - Correios de Portugal, S.A., Analytical Accounting System (for full-year 1999) - Notice published in Diário da República (Series III) on 17 August 2001.



ITED:

- Aprovação dos critérios de determinação do preenchimento das alíneas c) e d) do nº 3 do art.º 23º, o modelo de certificado de conformidade a emitir pelas entidades certificadoras, bem como os procedimentos referidos no nº 2 do art.º 42º, todos do Decreto-Lei nº 59/2000, de 19 de Abril - Aviso publicado no Diário da República (III Série), de 28 de Abril de 2001.

5.1. Provenientes de outros organismos**Opções governamentais e ICP-ANACOM:**

- Grandes Opções do Plano para 2002 - Lei nº 109-A/2001, de 27 de Dezembro;
- Alteração à Lei Orgânica do Ministério do Equipamento Social - Decreto-Lei nº 9/2001, de 23 de Janeiro;
- Estatutos do ICP-Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) - Decreto-Lei nº 309/2001, de 7 de Dezembro;
- Iniciativa Convergência e Regulação - Despacho Conjunto nº 863/2001, de 26 de Junho, publicado no Diário da República (II Série), de 14 de Setembro;
- Designação dos membros do grupo de personalidades da Iniciativa Convergência e Regulação - Despacho Conjunto nº 987/2001 (2ª Série), de 8 de Outubro, publicado no Diário da República (II Série) de 31 de Outubro 2001;
- Criação do grupo de trabalho para a revisão do contrato de concessão de serviço público de telecomunicações entre o Estado e a PT - Despacho conjunto nº 1014/2001, de 18 de Outubro, publicado no Diário da República (II Série), de 20 de Novembro de 2001;
- Criação de um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação - Resolução do Conselho de Ministros

ITED:

- Approval of criteria that comply with paragraphs c) and d) of section 3 of article 23, approval of the certificate of conformity model to be issued by the certifying entities, as well as steps referred to in section 2 of article 42, and all of Decree-Law no. 59/2000 of 19 April - Notice published in the Diário da República (Series III) on 28 April 2001.

5.1. Actions from other entities**Government options and ICP-ANACOM:**

- Major Planning Options for 2002 - Law no. 109-A/2001 of 27 December;
- Modification of the Ministry of Infrastructure Organic Law - Decree-Law no. 9 /2001 of 23 January;
- ICP-Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) Statutes - Law no. 309/2001 of 7 December;
- Convergence and Regulation Initiative - Joint Order no. 863/2001 of 26 June, published in the Diário da República (Serie II) on 14 September;
- Selection of members to make up the group of reputed figures under the Convergence and Regulation Initiative - Joint Order no. 987/2001 (2nd Series) of 8 October, published in the Diário da República (Series II) on 31 October 2001;
- Creation of a working group to review the telecommunications public service concession contract between the government and PT - Joint Order no. 1014/2001 of 18 October, published in the Diário da República (Series II) on 20 November 2001;
- Establishment of a working committee to maintain relationships between UMTS operators, the ICP and the Interministerial Commission for Information Society - Resolution of the Council of Ministers no. 3/2001 of 8 January.

nº 3/2001, de 8 de Janeiro.

Sociedade da Informação:

- Estabelecimento dos critérios de credenciação das entidades que conferem o diploma de competências básicas em tecnologias da informação, o modelo e o sistema de emissão do mesmo e demais requisitos e formalidades relativos à sua obtenção - Portaria nº 1013/2001, de 21 de Agosto;
- Avaliação dos sites na Internet de organismos integrados na administração directa e indirecta do Estado - Resolução do Conselho de Ministros nº 22/2001, de 27 de Fevereiro;
- Constituição de um sítio na Internet onde sejam publicados os concursos de pessoal por parte de organismos públicos e de um sítio para a publicitação de oferta de emprego científico e tecnológico - Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2001, de 1 de Março;
- Apoio à aquisição pelos funcionários públicos de computadores e outro material informático - Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2001, de 1 de Março;
- Regras em matéria de alienação a título gratuito de equipamento informático pelos organismos da administração central no quadro dos respectivos processos de reequipamento e actualização de material informático - Decreto-Lei nº 153/2001, de 7 de Maio;
- Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação - Decreto-Lei nº 140/2001, de 24 de Abril;
- Instituição da obrigatoriedade de as entidades empregadoras que tenham número igual ou superior a 10 trabalhadores ao seu serviço procederem à declaração das remunerações dos mesmos em suporte digital ou através de Internet, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social - Decreto-Lei nº 106/2001, de 6 de Abril;

Information Society:

- Establishment of accreditation criteria for entities that offer degrees in basic information technology skills, for the model and criteria for issuance of same, and other associated formalities and requirements - Administrative Rule no. 1013/2001 of 21 August;
- Evaluation of Internet sites that belong to entities that are directly or indirectly part of government administration - Council of Ministers Resolution no. 22/2001 of 27 February;
- Creation of an Internet site where job offers in public administration are published, as well as a site for job offers in the science and technology field - Council of Ministers Resolution no. 24/2001 of 1 March;
- Support to public administration workers towards the purchase of computers and other IT equipment - Council of Ministers Resolution no. 25/2001 of 1 March;
- Rules on the donation of IT equipment by central administrative entities, during the process of installing new or updating existing equipment - Decree-Law no. 153/2001 of 7 May;
- Diploma for Basic Information Technology Skills - Decree-Law no. 140/2001 of 24 April;
- Approval of a rule for employers that have 10 or more employees to declare their salaries in digital format, or via the Internet, to the social security system services - Decree-Law no. 106/2001 of 6 April;
- Divulcation and public discussion of the experts' report on the electronic acquisition of goods and services by public administration. This was decided by a working committee that was put together in the wake of approval of Council of Ministers Resolution no. 143/2000 of 27 September - Council of Ministers Resolution no. 32/2001 (2nd Series) of 2 March;



- Publicitação e discussão pública do relatório de peritos sobre aquisição de bens por via electrónica pela Administração pública, elaborado pelo grupo de trabalho constituído na sequência da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2000, de 27 de Setembro - Resolução do Conselho de Ministros nº 32/2001 (2ª Série), de 2 de Março;
- Medidas de criação do portal do Governo, objectivos e regras de manutenção e actualização - Resolução do Conselho de Ministros nº 138/2001, de 30 de Agosto;
- Novo sistema de incentivos do Estado à comunicação social - Decreto-Lei nº 56/2001, de 19 de Fevereiro, rectificado pela Declaração de Rectificação nº 4-B/2001, de 28 de Fevereiro;
- Candidaturas aos incentivos previstos no Decreto-Lei nº 56/2001, de 19 de Fevereiro - Portaria nº 204/2001, de 14 de Março;
- Preços mínimos das assinaturas das publicações periódicas que pretendam aceder ao regime do porte pago - Portaria nº 225/2001, de 19 de Março.

Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios:

- Alterações ao regime jurídico da urbanização e da edificação - Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho;
- Instrução dos pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas - Portaria nº 1110/2001, de 19 de Setembro;
- Livro de obra das obras licenciadas ou autorizadas - Portaria nº 1109/2001, de 19 de Setembro;
- Actualização anual relativa ao ano 2000 da relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução - Portaria nº 1104/2001, de 17 de Setembro.

- Steps taken towards creation of a government portal, as well as rules on maintaining and updating the site - Council of Ministers Resolution no. 138/2001 of 30 August;
- New system of government incentives for the media - Decree-Law no. 56/2001 of 19 February, corrected by Rectification Declaration no. 4-B/2001 of 28 February;
- Candidacies for the incentives set out in Decree-Law no. 56/2001 of 19 February, Administrative Rule no. 204/2001 of 14 March;
- Minimum prices for subscriptions to periodic publications, for those entities that want to take part in paid postal services - Administrative Rule no. 225/2001 of 19 March.

Telecommunications Infrastructure in Buildings:

- Modifications to legal regulations on urbanisation and edification - Decree-Law no. 177/2001 of 4 July;
- Instruction on prior receipt of information, reception of licensing and authorisation for all types of town planning projects - Administrative Rule no. 1110/2001 of 19 September;
- Manual on licensed and authorised projects - Administrative Rule no. 1109/2001 of 19 September;
- In 2000, annual update of the legal regulations to be observed and executed by technicians responsible for projects - Administrative Rule

Outros:

- Nova Lei da Rádio - Lei nº 4/2001, de 23 de Fevereiro;
- Alteração ao Decreto-Lei nº 175/99, de 21 de Maio, que regula a publicidade a serviços de audiotexto - Decreto-Lei nº 148/2001, de 7 de Maio;
- Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 177/99, de 21 de Maio, que estabelece o regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços de audiotexto, ao Decreto-Lei nº 474/99, de 8 de Novembro, que aprova o Regulamento de Exploração do Serviço Fixo de Telefone, e ao Decreto-Lei nº 175/99, de 21 de Maio, que regula a publicidade aos serviços de audiotexto - Lei nº 95/2001, de 20 de Agosto;
- Contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações - Decreto-Lei nº 223/2001, de 9 de Agosto.

no. 1104/2001 of 17 September.

Others:

- New Radio Law - Law no. 4/2001 of 23 February;
- Modification of Decree-Law no. 175/99 of 21 May, containing the regulation on audiotext advertising
- Decree-Law no. 148/2001 of 7 May;
- First modification of Decree-Law no. 177/99 of 21 May, establishes rules and regulations for audiotext service providers, of Decree-Law no. 474/99 of 8 November, concerning approval of the Regulation for the Operation and Management of Fixed Telephone Service and Management, and to Decree-Law no. 175/99 of 21 May, which regulates advertising on audiotext services - Law no. 95/2001 of 20 August;
- Hiring of builders, suppliers and service providers in the water, energy, transport and telecommunications sectors - Decree-Law no. 223/2001 of 9 August.

